

ANUÁRIO
DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

—
1951-1952



COIMBRA

1 9 5 3

8
118
2

8
118
2

8
118
2

ANUÁRIO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ANUÁRIO
DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

—
1951-1952

COIMBRA

ANUÁRIO

UN

ANUÁRIO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1951-1952



ANUÁRIO

DA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1951-1952



COIMBRA

1 9 5 3

ANUÁRIO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA
DE COIMBRA, LIMITADA — LARGO DE
S. SALVADOR, 1 A 3 — COIMBRA



COIMBRA

1 2 3

I

RELATÓRIO

(Lido em 21 de Novembro de 1951 pelo Ex.^{mo} Reitor,
Doutor Maximino José de Moraes Correia)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Grande regosijo é o nosso ao poder inaugurar solenemente este ano escolar, sob os felizes auspícios da presença de Vossa Excelência, Senhor General Craveiro Lopes, digno Presidente da República.

É que a velha e gloriosa Universidade de Coimbra, na plena consciência do que deve à Nação, e do que a Nação lhe deve, sempre festeja o dia em que uma onda de sangue novo da mocidade de Portugal lhe vem vitalizar e renovar os meios de acção, transfundindo no velho solar da sabedoria aquela multidão de espíritos juvenis, substracto plástico que se há-de aqui modelar, iluminar e fortificar para servir cada vez melhor a nossa terra.

Grande júbilo, pois, para os que estão e para os que vêm, que à festa que o acto em si mesmo contém se associe o Supremo Magistrado da Nação como símbolo da própria Pátria, assim presente em suas virtudes, suas glórias e nas garantias de paz, de ordem e de progresso.

Em Vossa Excelência se consubstancia, neste momento, tudo o que o trabalho estrénuo, a dedicação total e a abnegação sem restrições de alguns eminentes filhos desta casa, em cinco lustros, têm conseguido na renovação material e espiritual do País, como também todas as glórias do passado e todos os anseios para o futuro.

A despeito dos cataclismos que têm assolado o mundo e ameaçam subvertê-lo, a nossa fé e a nossa esperança não esmorecem, antes se fortalecem e se exaltam quando, neste reduto onde se cultivam e veneram os valores do espírito, nos sentimos

amparados, como neste momento, com presenças tão ilustres como a de Vossa Excelência, Senhor Presidente.

Nós, universitários de Coimbra, no acendrado amor que votamos à Alma Mater, entendemos que tudo lhe é devido, que uma Instituição de quase sete séculos de existência, que deu à Pátria os seus melhores valores e com ela tem experimentado os seus triunfos e as suas dores, cuja vida é o espelho fiel da vida da própria Nação, tem jus a todas as homenagens, mesmo dos maiores de Portugal.

Mas nem por isso deixamos de ser reconhecidos àqueles — pequenos ou grandes — que a honram na nossa terra ou em terra alheia.

E é por tal que a presença insigne de Vossa Excelência, Senhor Presidente, nos enche de júbilo e suscita a nossa profunda gratidão.

É, pois, com estes sentimentos de respeito, de reconhecimento e de gratidão que, em nome da Universidade de Coimbra, «*Universitas Scholarium et Magistrorum*», saúdo e endereço a Vossa Excelência os cumprimentos e agradecimentos mais veementes e sinceros pela honra com que nos distinguiu, acedendo ao pedido do Senado Universitário.

Consta do Anuário da Universidade de Coimbra, de 1911 a 1912, que o estudante Francisco Higinio Craveiro Lopes se matriculou em Matemáticas Gerais, Geometria Descritiva, Desenho Topográfico e Física: e que o aproveitamento foi completo prova-o o facto de o nome desse estudante já não constar do Anuário seguinte...

A Universidade que o contou no número dos seus estudantes e ajudou a preparação para a sua fulgurante carreira honra-se e desvanece-se ao receber Vossa Excelência, como Supremo Magistrado da Nação.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO
NACIONAL

Desde que Vossa Excelência ascendeu ao alto cargo que tão nobremente tem desempenhado no Governo, ainda não faltou uma única vez neste acto, trazendo-nos o estímulo da sua presença e o calor da sua solidariedade espiritual.

Vivendo, na fraterna comunhão das boas e más horas, a vida da nossa Universidade, atento a todos os factos que interferem na existência da instituição, sempre solícito em atender o que é possível, e justo nas decisões que toma, é como Ministro o que é como Professor: alta competência, inexcedível no zelo, inflexível na justiça, isento na lealdade.

Conhece Vossa Excelência quais os sentimentos da Universidade de Coimbra perante o seu Ministro. Aqui os reaffirmo com a mesma respeitosa amizade e a profunda gratidão pelo que todos lhe devemos.

* * *

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA
EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO
NACIONAL

EX.^{MAS} AUTORIDADES

SÁBIOS PROFESSORES E DOUTORES

SENHORES ESTUDANTES

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Manda o Estatuto Universitário que neste acto se leia o relatório elaborado pelo Reitor sobre os dos Directores de Serviços, a referir em pormenor toda a actividade dos diversos sectores, indicando as deficiências notadas, quer em pessoal, quer em material, que possam afectar a actividade universitária nas suas modalidades, pedagógica, técnica e de investigação.

Deverão também ser anotados os factos de ordem geral que tenham maior ou menor repercussão na vida da Universidade.

As circunstâncias impõem, porém, que seja breve e que noutra oportunidade se elabore o trabalho que a lei determina.

*

Um facto, entre todos, avulta — que atingiu a Universidade e toda a Nação.

O falecimento do Senhor Marechal Carmona, o Presidente querido de todos os portugueses, que durante quase um quarto

de século encarnou, com o mais puro civismo e a mais alta distinção e aprumo, as virtudes da gente lusitana. Apenas a triste notícia me chegou sem qualquer sombra de dúvida, eu próprio vim ordenar os sinais de luto, que da Universidade se tornam logo patentes em toda a cidade.

Vinham saindo muitos estudantes das suas aulas e a eles comuniquei a razão por que aqui estava. E logo o álaçre ruído das vozes e risos juvenis se escoou num pesado silêncio, enquanto subiam a gola da batina e recolhiam dentro das pastas as suas fitas.

A Universidade esteve presente pelo Reitor, muitos Professores e elevado número de estudantes nos funerais nacionais, e o Senado reuniu extraordinariamente para tomar as deliberações que se impunham.

As exéquias solenes mandadas realizar em 21 de Maio na Capela da Universidade tiveram uma grandeza e elevação bem dignas do Homem que tanto honrou a Pátria.

*

Foram levadas a efeito comemorações pelo centenário da morte de D. João V. Além da cerimónia religiosa efectuada na Capela da Universidade, onde estiveram presentes todas as autoridades do distrito, realizou-se, no evocativo e inegalável ambiente da Biblioteca joanina, um serão de arte, precedido de uma brilhantíssima conferência, tudo tendo decorrido com grande dignidade.

*

A actividade da Universidade de Coimbra além do estrito cumprimento dos deveres pedagógicos, absorve uma soma considerável de energias pelos deveres da vida de relação.

Extensão universitária por *Cursos de Férias*, que com todo o êxito foram efectuados na Faculdade de Letras, o vigésimo sétimo, e na Faculdade de Medicina, o décimo quarto.

Semana Jurídica Espanhola realizada na Faculdade de Direito, com a participação de três catedráticos da Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Compostela, entre eles o próprio Reitor daquela Universidade.

Quinzenas médicas hospitalares, iniciativa que conta aproximadamente três lustros, mantida sempre, com brilho e pontualidade, na Faculdade de Medicina.

Comparticipação activa em reuniões científicas nacionais e congressos nacionais e estrangeiros.

A Faculdade de Letras esteve presente no IX Congresso Internacional de Ciências Históricas, que se realizou em Paris, no Congresso do XIV Centenário da Chegada de S. Martinho de Dume à Península Ibérica, no Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, no «*Colloquium*» de Estudos Brasileiros e Portugueses, de Washington, e ainda na Embaixada Universitária ao Brasil.

A Faculdade de Direito, além de participar na homenagem que se realizou em Arouca, à memória do Doutor Manuel António Coelho da Rocha, pela passagem do centenário da morte desse insigne professor da Universidade de Coimbra, tomou também parte, por duas vezes, em reuniões da Associação Económica de Paris, no I Congresso Luso-Hispano-Americano de Direito Internacional, em Madrid, no Congresso Internacional de Ciências Administrativas, que se realizou em Nice, na primeira Assembleia Internacional da Sociedade Francisco Suarez, em Bilbao, na Embaixada Universitária ao Brasil, na Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, e na Sessão da Comissão Internacional Penal e Penitenciária de Berna.

A Faculdade de Medicina tomou parte activa pelo seu corpo docente nas reuniões científicas da Sociedade Anatómica Portuguesa, da Sociedade Portuguesa de Hidrologia, da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, no Congresso Luso-Espanhol de Hidrologia e Climatologia, realizado em Madrid, no Congresso Internacional de Endocrinologia, de Paris, no Congresso Internacional de Cirurgia, de Paris, no Congresso Internacional de Dermatologia, de Marselha, no Congresso Luso-Espanhol de Dermatologia, em Lisboa, na Reunião do Colégio Americano de Doenças do Torax, no Congresso Internacional de Psiquiatria, de Paris, no Congresso Internacional de Medicina do Trabalho, em Lisboa, e na Embaixada Universitária ao Brasil.

A Faculdade de Ciências teve larga representação no Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado

em Lisboa, e esteve também presente na Embaixada Universitária ao Brasil e no Congresso Internacional de Sedimentologia, efectuado na Holanda.

*

Referência, ainda que resumida, deve ser feita às publicações universitárias. Mantidas através de dificuldades crescentes, em virtude de razões de todos conhecidas, elas constituem, em nossa opinião, o factor fundamental por meio do qual a voz da instituição se faz ouvir no mundo.

O incremento de permutas, as crescentes solicitações que acorrem de todos os cantos da terra, são a evidente prova do seu valor intrínseco e também do seu interesse como elemento de extensão universitária e de presença da nossa Universidade.

Os «Acta Universitatis Conimbrigensis», as revistas da Faculdade de Letras, «Biblos», «Brasília», «Humanitas», «Revista Portuguesa de Filologia»; as da Faculdade de Direito, «Revista de Legislação e Jurisprudência», «Boletim da Faculdade de Direito»; as da Faculdade de Medicina, «Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis», «Arquivos de Anatomia Patológica», «Arquivos de Patologia Geral», «Arquivos de Farmacologia e Terapêutica Experimental», «Arquivos de Clínica e de Hidrologia», «Arquivos de Propedêutica Cirúrgica», «Revista de Obstetrícia, Ginecologia e Cirurgia»; a «Revista da Faculdade de Ciências», «Anuário», «Boletim» e «Memórias» da «Sociedade Broteriana», «Contribuições para o estudo da Antropologia Portuguesa», «Memórias e Estudos do Museu Zoológico», «Memórias e Notícias do Museu Mineralógico e Geológico», «Observações do Instituto Geofísico», «Anais» e «Efemérides do Observatório Astronómico», o «Notícias Farmacêuticas» e o respectivo «Boletim», da Escola de Farmácia, — para citarmos algumas — inseriram muitos centos de relatórios, ensaios, pareceres e artigos, e isto sem contar com o que em outras publicações nacionais e estrangeiras os professores de Coimbra deram à estampa, além de conferências pronunciadas e não publicadas, intervenções em júris de concursos noutras Faculdades, etc., etc..

Esta actividade absorvente e febril, sempre num plano de dignidade e elevação, constitui motivo de orgulho desta Casa, e aqui apelo para o nosso Governo para que a ampare e estimule, como merece e se impõe.

Uma longa viagem pelo Brasil, a que adiante farei referência, mais enraizou no meu espírito e no de todos os que me acompanharam quanto as nossas produções são apreciadas e desejadas naquele grande País, e a necessidade, — vital, assim a considero, — de cada vez mais afirmarmos a nossa presença nas manifestações do espírito, se não quisermos que o nosso nome e a nossa história sejam, num futuro relativamente próximo, uma mera recordação de eruditos. E, sem desdouro para ninguém, são as coisas de Coimbra que ali são àvidamente procuradas por todos.

Não falta aqui quem trabalhe; faltam às vezes ou escasseiam os meios para o fazer com eficiência.

*

Um facto do maior relevo na vida universitária de Coimbra, pertencente, é certo, ainda ao futuro, pois terá lugar amanhã, será a inauguração de novos edifícios universitários, em especial o da Faculdade de Letras e os do Observatório Astronómico.

Integrados no plano de conjunto da magnífica realidade que será a Cidade Universitária de Coimbra, a Faculdade de Letras é o maior de quantos edifícios até hoje tem erguido a Comissão a que tenho a honra de presidir.

Já há três anos que foi solenemente inaugurado o Arquivo Geral, edifício modelar cuja traça obedece a todos os preceitos modernos da finalidade a que se destina.

Instalou-se o Instituto, cuja vida sempre ligada à da Universidade justifica o seu enquadramento no plano geral. Remodelou-se por completo a ala de S. Pedro, para conveniente instalação da Reitoria, Secretaria e Tesouraria. Fez-se do velho Convento dos Grilos um magnífico edifício onde se instalou, embora provisoriamente, a Associação Académica, e introduziram-se no Instituto Botânico e respectivo Jardim, além de grandes ampliações e melhorias, algumas obras novas, como uma estufa fria, dois laboratórios modelares e esculturas comemorativas e ornamentais.

Não permitiu a dotação orçamental do ano corrente que as obras tivessem tomado maior incremento.

Mas não podemos deixar de proclamar o regosijo que nos toma, por ver a nossa Universidade dotada com uma série de

magníficos edifícios inteiramente apetrechados, construídos em obediência a programas elaborados por todos os directores de serviços e que nessas condições hão-de dar inteira satisfação.

Louvores e agradecimentos são devidos ao Governo que mercê de uma sã administração conseguiu os meios necessários para estes e outros empreendimentos de vulto, ao Ex.^{mo} Ministro das Obras Públicas e seus Técnicos, que se têm empenhado com a sua autoridade e saber, e a todos os Colegas que com a sua boa vontade, espírito de cooperação e amor à Casa Mãe contribuíram para se levar a feliz termo obra de tanto tomo.

*

A Universidade agradece vivamente ao seu Ministro as prontas providências tomadas para atender as solicitações que lhe foram apresentadas de ampliação dos quadros de funcionários respeitantes aos serviços instalados nos novos edifícios agora inaugurados; os diplomas números 38.434 e 38.446 mostram bem a alta compreensão e o interesse de quem os elaborou e subscreveu.

*

É de desejar que no ano próximo possa acelerar-se o ritmo das construções, pois que, existindo o espaço para a Faculdade de Medicina, cuja libertação foi feita à custa de sacrifícios de muitos, pelas expropriações e demolições que implicou, nada justifica que se não utilize imediatamente.

ASSUNTOS ACADÉMICOS

Urge, mais uma vez o reclamo, resolver o problema dos desportos e educação física dos universitários. O que se passa actualmente, de a grande massa dos estudantes não praticar qualquer desporto e viver apaixonadamente, quase doentia-mente, uma determinada modalidade, só pode ter más consequências. Cremos que não exageramos afirmando ser este um ponto nevrálgico da educação da mocidade.

As actividades académicas mantiveram o nível e dignidade em que timbra a academia conimbricense. Os diversos organismos culturais, Orfeão, Tuna e Teatro dos Estudantes, várias vezes se apresentaram em público em Coimbra e em outras terras do País, sempre aplaudidos e louvados.

Foram promovidos pelo conselho cultural da Associação Académica vários serões de arte, palestras, conferências, homenagens, sendo especialmente de elogiar a iniciativa da criação de um Museu Académico, que, embora com carácter temporário, se apresentou cheia de interesse e digna de ser amparada.

Também o conselho feminino teve louvável actividade.

O C.A.D.C. celebrou, com desusado brilho, as bodas de ouro da sua fundação. A essas comemorações se associou a Universidade, não só pela participação de muitos dos seus elementos, antigos membros daquela agremiação, mas mesmo por outras formas. É de lembrar a missa campal celebrada por Sua Eminência o Senhor Cardial Patriarca de Lisboa, no Pátio da Universidade, que, prejudicada pelo fortíssimo vento que soprava, nem por isso deixou de reunir grande multidão e revestir-se de rara imponência.

Pela sua amplitude e repercussão merece especial referência a iniciativa do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, que promoveu uma viagem ao Brasil.

A instâncias de uma agremiação de antigos estudantes brasileiros e portugueses, quase todos de Coimbra, fundada em São Paulo com o nome de Tertúlia Académica, entabularam-se negociações com o Teatro dos Estudantes para aquela finalidade. Tudo assente, e, tendo-se conseguido autorização e amparo do Governo, resolveu-se que além do Reitor acompanhariam a excursão mais três professores, cada qual da sua Faculdade.

Com profunda mágoa se verificou, quando tudo já estava ultimado, que o Director Artístico, cujo esforço e dedicação pelo T.E.U.C., aliado a rara competência, nunca é demais encarecer, não nos podia acompanhar na viagem.

Julgou-se a empresa comprometida, e não foi senão depois de ouvir a sua opinião, a dos Colegas e a dos directores do Teatro que me abalancei a partir.

Em boa hora o fizemos.

O êxito extraordinário do Teatro dos Estudantes, o aprumo, correcção e espírito de disciplina de que os académicos deram prova, a camaradagem que entre todos se estabeleceu, o valor das conferências dos Colegas que me acompanharam, o alto prestígio de que goza a nossa Universidade em terras de Santa Cruz, como centro donde irradiou toda a cultura atlântica, levando àquele imenso País os seus homens de letras, os seus políticos, os seus juristas, os seus médicos, todo o escol intelectual que plasmou o Brasil, o orgulho dos intelectuais brasileiros que têm antepassados lusitanos, e esses portugueses, heróicos como os de *quatrocentos* e de *quinhentos*, como os de sempre, logo que fora da nesga metropolitana têm de pôr à prova esse núcleo ancestral de virtudes da raça, — tudo isso contribuiu para que as jornadas que vivemos fossem inesquecíveis na exaltação de duas pátrias irmãs, com uma cultura única durante séculos, promanada daqui, desta gloriosa «*Alma Mater*».

Senhores, grande honra é a de servir a Universidade de Coimbra!

II

ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA

(Proferida em 21 de Novembro de 1951
pelo Doutor Diogo Pacheco de Amorim)

DA CULTURA GERAL DO UNIVERSITÁRIO

EX.^{MO} SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA
SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
SENHOR REITOR
EX.^{MAS} AUTORIDADES
PREZADOS COLEGAS
SENHORES ESTUDANTES
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Por ser o mais velho dos catedráticos da Faculdade de Ciências, coube-me o pesado encargo de proferir a Oração de Sapiência na abertura do corrente ano lectivo. É a segunda vez que tenho a honra de subir a esta tribuna para esse fim e por certo que será a última, ainda que mais não seja senão porque já me aproximo do termo da minha carreira universitária.

Foi no ano lectivo de 1923-1924 que pela primeira vez fui honrado com esta incumbência, e então como hoje o mesmo assunto se impôs à minha consideração: o ensino universitário. Mas o meu ponto de vista de hoje, é outro. Em 1923, apontei os estragos já bem visíveis que estavam a resultar da abolição dos Estatutos Pombalinos. Hoje vou-me ocupar de um problema mais geral, que não é só coimbrão, nem português, porque se põe nos mesmos termos em todo o mundo ocidental. E também não é problema novo, porque já vem de longe, embora só ultimamente a sua agudeza se tenha tornado palpável.

Não obstante, já em 1922, numa oração de Sapiência, hoje universalmente conhecida e admirada, ORTEGA Y GASSET chamou para ele a atenção do mundo culto. Depois outros se lhe seguiram no mesmo empenho, mas o problema não está ainda resolvido em todos os seus aspectos e por isso o debate continua. O problema em causa é o da cultura geral do universitário, ou mais propriamente, o da sua incultura.

Tema bem digno deste lugar e ocasião, mas muito acima das minhas limitadas forças.

SENHOR PRESIDENTE, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

**A Missão das
Universidades**

Diz o professor DOBRÉE (1) que «*a missão da Universidade é a criação, em fluxo contínuo de geração em geração, de uma classe de homens que compartilham de um mesmo significado dos valores da civilização, que se sentem responsáveis pelo desenvolvimento desses mesmos valores, que estão unidos pela mesma cultura e que, pela simples pressão da sua existência e visão das coisas, vem a dar ser e forma a uma opinião pública esclarecida*».

Sir WALTER MOBERLY, transcrevendo esta definição na sua excelente obra intitulada «*The Crisis in the University*», diz:

Poucas pessoas que estejam familiarizadas com a vida íntima das Universidades de hoje, afirmarão que está sendo cumprida com êxito esta missão.

Nenhuma escola pode ter a pretensão de ensinar todos os valores que têm curso em dada civilização. Cada uma centra a sua actividade sobre um sistema particular de valores, embora respeite, ou deva respeitar, a todos os outros. Quando DOBRÉE fala em «valores da civilização», a que valores se refere? Haverá um sistema de valores cujo ensino seja específico das Universidades?

Se o há, é claro que se deve achar nas regiões mais altas do espírito e da cultura, onde o filósofo alemão JOÃO HESSEN situa «a ciência, a filosofia, a arte, a religião e a moral» (2) que cons-

(1) Citado por Sir WALTER MOBERLY, em «*The Crisis in the University*», pág. 22 (1944).

(2) *Teoria del Conocimiento*, 3.^a edição (Revista do Ocidente), pág. 17.

tituem, na verdade, o objecto do ensino de todas as escolas de carácter literário ou científico, desde o ensino primário ao superior.

Características do ensino superior

Mas as escolas primárias e secundárias distinguem-se das escolas superiores porque nem os homens que elas educam se sentem responsáveis pelo desenvolvimento dos valores que nelas aprenderam, nem os seus mestres procuram levar o ensino ao mais alto nível do saber humano. Estas duas missões são próprias do ensino superior.

Também às escolas superiores compete ensinar as profissões liberais e é esse hoje o fim imediato para que são criadas, se é que o não foi sempre (1). As escolas superiores têm por missão imediata ensinar a última palavra do saber, para formarem bons médicos, bons magistrados, bons engenheiros, bons professores. E têm ainda de fazer investigação científica para que floresçam e progridam os valores que nelas se professam.

Investigação e ensino

Com razão estranha ORTEGA Y GASSET (2) que se *achem juntas e fundidas duas tarefas tão distintas, porque ser advogado, juiz, médico, farmacêutico, professor de latim ou de História num instituto de ensino secundário, é coisa muito diferente de ser jurista, fisiólogo, bioquímico, filólogo. Aqueles são nomes de profissões; estes, de actividades científicas. Por outro lado, a sociedade precisa de muitos médicos, farmacêuticos, pedagogos; mas de reduzido número de cientistas. Se precisasse verdadeiramente de muitos destes, seria catastrófico, porque a vocação para a ciência é especialíssima e rara. Surpreende, pois, que apareçam fundidos, o ensino profissional que é para todos, e a investigação que é para poucos»*.

Deve-se notar que a investigação científica e a preparação de investigadores, embora sejam funções que competem ao ensino superior, não são exclusivas dele, hoje mais do que nunca. Os Estados modernos financiam organismos, designadamente

(1) Ver Moberly, O. c., pág. 168. Sed contra... ver O. y G., El libro de las Misiones (Espasa-Calpe), pág. 74.

(2) O. c., pág. 72.

para fins de ordem militar e económica, que fazem investigação científica e preparam investigadores, mas que não podem ser considerados como escolas de ensino superior. As grandes empresas industriais das nações economicamente mais avançadas têm anexos institutos em que se faz investigação científica e em que se preparam investigadores, mas que também não podem ser considerados escolas de ensino superior.

**Investigação
mais nobre**

A revolução industrial e a corrida aos armamentos fizeram da investigação científica uma imperiosa necessidade do nosso tempo, e alargaram desmesuradamente o seu campo de acção. Não obstante ficará sempre reservado ao ensino superior um terreno que lhe é próprio: o da investigação livre e desinteressada.

Há, portanto, uma distinção a fazer entre investigação e investigação: entre investigadores e investigadores. Há a investigação de um ARISTÓTELES, de um SANTO TOMÁS, de um KEPLER, de um NEWTON, de um CAUCHY, de um PASTEUR, de um EINSTEIN, que é a investigação dos sábios; e há a investigação dos cientistas que é a feita em série nos laboratórios industriais e nos institutos especiais anexos a diversos Ministérios, e ainda, outras a estas semelhantes.

O que ORTEGA Y GASSET diz na passagem acima citada, refere-se à primeira, à mais nobre. A outra corresponde a uma necessidade social dos nossos dias e os que a fazem são autênticos profissionais, como os médicos, engenheiros, advogados e professores. Estes investigadores podem e devem fazer-se em série, como em série estão a ser feitas as investigações a que se destinam; doutro modo seria impossível dar satisfação à necessidade que têm deles o Estado e as indústrias.

**Investigação
em série**

Para fazer investigações destas não são precisos mais talentos do que para ser médico, advogado, engenheiro, farmacêutico ou professor, antes pelo contrário. A preparação destes investigadores deve fazer-se em institutos anexos às Faculdades, mas com vida à parte. A criação de seminários de investigação e outros institutos análogos vem ao encontro desta necessidade.

O que é para poucos, para pouquíssimos, não é a investigação em cadeia, é a descoberta genial. Esta sim, que se não pode fazer em série, porque é um dom raríssimo da Providência.

Confusão lamentável Investigação e ensino são funções distintas, e razão tem ORTEGA Y GASSET para estranhar que em muitas escolas superiores de Espanha e de outras partes, se achem juntas e fundidas, e até confundidas. Pior ainda, se faça o ensino em função da investigação. E por isso diz (1):

É preciso separar o ensino da profissão, do ensino da investigação científica e que nem os professores nem os estudantes os confundam um com o outro sob pena destas actividades mutuamente se prejudicarem, como agora sucede. Sem dúvida que a aprendizagem profissional inclui principalmente a recepção do conteúdo sistemático de não poucas ciências. Porém trata-se do conteúdo, não da investigação que nele termina. Em tese geral, o estudante ou aprendiz normal não é um aprendiz científico. O médico tem que aprender a curar e, enquanto médico, nada mais tem que aprender; para isso precisa de conhecer o sistema da fisiologia «clássico» no seu tempo; mas não necessita de ser, nem há que sonhar que seja, um fisiólogo. Para quê empenhar-se no impossível? Não compreendo. A mim repugna-me este prurido de criar ilusões, essa constante megalomania, esse utopismo obstinado em simular que se consegue o que se não consegue. Esse utopismo leva à pedagogia de ONAN» isto é, a uma pedagogia estéril. E para tornar ainda mais claro o seu pensamento, GASSET acrescenta mais adiante (2):

Pedagogia estéril *O que tem vocação de médico e nada mais, que não «flirteie» com a ciência: só fará ciência chilra. Já é muito, já é tudo, se é bom médico. O mesmo digo do que vai ser professor de História num instituto de ensino secundário. Não é um erro perturbá-lo na Universidade, fazendo-lhe crer que vai ser um historiador? Que se ganha com isso? Fazer-lhe perder tempo com o estudo fracassado de técnicas necessárias para a ciência da História, mas sem sentido para tal pro-*

(1) O. c., pág. 101.

(2) O. c., pág. 102.

fessor de História; e tirar-lho para que chegue a possuir uma ideia clara, estruturada e simples do corpo geral da história humana que será sua missão ensinar.»

Isto que ORTEGA Y GASSET diz do ensino da História, aplica-se *mutatis mutandis* à generalidade, se não a todas as cadeiras das Faculdades de Letras e Ciências.

Em resumo, as escolas superiores têm de ensinar as profissões liberais e têm de formar investigadores que hoje constituem também um numeroso grupo de profissionais. Mas assim como o ensino da Medicina, por exemplo, não prejudica o do Direito, nem o das Letras e Ciências, também o ensino da investigação não deve perturbar o das outras profissões.

SENHOR PRESIDENTE, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

**O que uma
Universidade
não é**

Acabamos de ver quais são as duas funções primárias, e hoje quase exclusivas, das escolas superiores: o ensino das profissões liberais e a investigação científica. Será uma Universidade um simples agregado de Faculdades, ou de escolas superiores? Não. Uma simples justaposição de escolas superiores não basta para formar uma Universidade, no sentido clássico do termo, nem que satisfaça ao que hoje a sociedade exige das Universidades. O que caracteriza uma Universidade é o tipo de homens que dela saiem, o conjunto de caracteres comuns a todos os que a frequentaram, e não a formação de diversos tipos humanos que pouco ou nada de comum receberam dela. A Universidade não forma só profissionais, tem de formar também um tipo de homens. É este o sentido profundo da definição de DOBRÉE, e um somatório de escolas, mesmo notáveis nas respectivas especialidades, mas que não satisfaça a esta condição, não é uma Universidade.

**A Universidade
e o escol**

A Universidade tem de formar homens, e não quaisquer, mas um escol destinado aos comandos da vida política, social e económica da nação.

Para que este sistema de comandos autónomos jogue certo e dele saia uma resultante socialmente útil, é necessário que os seus membros tenham um fundo comum de ideias e princípios

gerais que lhes permita compreenderem-se uns aos outros, e que simultâneamente tenham a mesma escala de valores que lhes harmonize as vontades. É preciso que a formação dos universitários faça deles um todo suficientemente homogêneo para poderem dirigir a nação.

A Universidade e a cultura geral Numa palavra, é preciso que a Universidade dê a todos os que a frequentam não só cultura profissional, mas cultura geral que os torne capazes de se dirigirem a si e de dirigirem os outros.

Vejam os o que diz ORTEGA Y GASSET a este respeito (1):

«Um homem que não seja culto, se não fôr compensado por dotes excepcionais, dificilmente poderá ser bom médico, bom juiz ou bom técnico. O certo é que as demais actuações da sua vida, em tudo que transcenda do estrito ofício, serão deploráveis»

Insuficiências do especialista Não anda longe da opinião do ilustre filósofo espanhol e do eminente biólogo francês, há pouco falecido, ALEXIS CARREL. Projectava este grande homem de ciência criar um instituto destinado ao estudo do homem e diz a este propósito (2):

«O carácter sintético deste trabalho requer que a sua direcção não caia nunca nas mãos de especialistas da biologia, da psicologia, ou de não importa que ciência. Só homens de inteligência muito compreensiva e libertos de qualquer doutrina ou preconceito, são capazes de encarar os problemas fisiológicos e mentais de um ponto de vista verdadeiramente humano. Certamente que ao lado destes homens tem de haver especialistas. E felizmente que destes há muitos e excelentes. Só são raros os espíritos não especializados com tendências sintéticas».

Incapacidade do cientista E para tornar mais claro o seu pensamento, CARREL acrescenta (3): *«É preciso não esquecer que o Instituto Kaiser Wilhelm se desenvolveu de forma admirável sob a direcção de um teólogo de vasta inteligência, ADOLF VON HARNEK. O sucesso do Instituto*

(1) El libro de las Misiones, pág. 80.

(2) Réflexions sur la conduite de la Vie, pág. xi e xii.

(3) O. c., pág. xii.

Rockfeller é devido a SIMON FLEXNER que abandonou as suas investigações pessoais para se interessar por todas as ciências. Ultimamente, a Fundação Rockfeller houve por bem pôr à sua frente, não um homem de ciência, mas um homem de leis, cujo espírito é capaz de compreender os assuntos mais variados».

Deformação profissional Homens destes são na verdade raríssimos. Especialistas, homens cujo ideal é «saber cada vez mais de cada vez menos», no espirituoso conceito de GASSET, desses há muitos, mas todos no geral com dois grandes defeitos: enciclopédica ignorância fora da sua especialidade e deformação profissional daí resultante que lhes dá do mundo uma visão errónea, por vezes absurda. Falando destes especialistas e da obra por eles criada, diz GASSET espiritualmente que «o admirável é a pérola e não a ostra que a segrega».

Mal dos tempos E não obstante, a tendência actual é para a especialização. Ao escritor francês GEORGE LE FEVRE foi dito o ano passado numa instalação petrolífera do Texas (1):

Trabalhar só, como fez PASTEUR, não é já possível hoje. A investigação é colectiva. Quando um problema é difícil, trezentos especialistas atacam-no ao mesmo tempo e têm muitas mais probabilidades de o resolverem do que um, isolado. Quer isto nos alegre ou nos contriste, e protestamos contra este trabalho científico em cadeia, temos de concordar que na indústria dá resultados excelentes».

Quem isto disse falava com conhecimento de causa, porque a indústria do petróleo é justamente uma das que leva às especializações mais miudas.

O mesmo escritor francês dá-nos o *curriculum vitae* de um especialista destes:

PAYNES, aos dezanove anos, trabalhava como ensebador na plataforma de um derrik, consagrando as horas de folga ao estudo da geologia estatigráfica. Aos 25 anos entrou no Instituto do Petróleo. Aos 27, foi nomeado assistente da produção.

(1) In «Sa Magesté le Pétrole», 1950, pág. 147.

O homem massa Estava feito o especialista capaz de prestar muito bons serviços na indústria do petróleo, desprovido de espírito de casta, sem dúvida, mas certamente incapaz de compreender a imensa maioria dos valores da civilização ocidental. É este o tipo do homem massa, a que ORTEGA Y GASSET se refere noutra obra (1), bárbaro moderno cuja invasão vertical ameaça destruir a nossa civilização.

«Todo o crescimento de possibilidades concretas, diz ORTEGA Y GASSET, que a vida tem experimentado, corre o risco de se anular a si mesmo, ao topar com o mais pavoroso problema que se pôs ao destino europeu e que de novo formulo (2): apoderou-se da direcção social um tipo de homens a que não interessam os princípios da civilização. Não os desta ou daquela, mas, ao que hoje se pode julgar, os de nenhuma. Interessam-lhe evidentemente os automóveis e algumas coisas mais. Porém isto confirma o seu radical desinteresse para com a civilização. Porque estas coisas são produtos dela e o fervor que se lhes dedica faz ressaltar mais cruamente a insensibilidade para com os princípios de que nascem.

A incultura E qual a razão de ser deste estado de coisas a que ORTEGA Y GASSET chama pavoroso?

A deficiência do ensino público no mundo ocidental, designadamente do ensino superior. Não basta que este forme especialistas, é preciso que forme homens à «altura dos tempos», a quem a cultura geral dê aquele suplemento de alma, de que fala BERGSON, necessário para restabelecer no mundo de hoje o equilíbrio entre as forças morais e as forças materiais de que a humanidade dispõe.

SENHOR PRESIDENTE, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

A cultura e a técnica Mas porventura existe uma cultura geral? E se existe, o que é?

Ouvimos um dia a um universitário esta frase imponente como um aforismo: «saber é fazer». Se assim fosse, o saber reduzir-se-ia a um somatório de técnicas, e a cultura

(1) La Rebelion de las Masas, cap. vi.

(2) El libro de las Misiones, pág. 95.

geral não existiria. Mas todo o *saber* se reduzirá em última análise a um *fazer*?

Não há dúvida de que *fazer* exige *saber*. O *homo faber* pressupõe o *homo sapiens*. Mas nem todo o *saber* se traduz num *fazer*. Por exemplo: «*saber o que se há-de fazer*» também é *saber* e *saber* do mais alto quilate, porque é *saber* de quem manda.

Na economia O *fazer* é de alguns; o *saber* é de muitos, por vezes de todos. Saber fazer um artigo de consumo corrente é próprio do artífice e só a ele importa. O público consumidor precisa, não de saber fazer o produto, mas de lhe conhecer os usos, as qualidades e os preços. Uma coisa é a cultura especializada do produtor, que é um *fazer*, outra a do consumidor, que é um *saber*.

Na Arte E nem só em relação aos bens económicos a distinção é pertinente. Aplica-se igualmente às obras de arte de toda a espécie. A cultura especializada do artista, seja pintor, actor, músico ou poeta, só a ele importa: mas saber apreciar as obras de arte interessa não só aos dotados de sentido estético, mas a todos os que nelas queiram despende tempo e dinheiro.

Na ciência Com os produtos da ciência, mesmo tomando o termo na acepção mais lata, sucede o mesmo. Uma coisa são as técnicas usadas na descoberta científica, e outra são os resultados a que essas técnicas levaram. O conhecimento daqueles convém a todos os que os podem aproveitar para uso próprio ou da profissão a que se dedicam. A prática das mesmas técnicas só aos cientistas diz respeito. Uma coisa é o «*fazer*» do cientista, outra o «*saber*» do homem culto.

O saber e a vida Há, portanto, um *saber* que não é um *fazer*, que não é uma *técnica*, mas que serve para nos orientar no mundo e por isso a todos importa o seu conhecimento. E este *saber* não diz respeito apenas às ciências e às artes; compreende todos os valores, o seu conhecimento e o seu apreço, porque estes formam a rosa dos ventos por que nos

orientamos na vida. É este saber que constitui a cultura geral. Aqueles a quem só importa o *saber* redutível a um *fazer*, são os que adoram os produtos da civilização e desprezam os princípios que lhe servem de fundamento.

Cultura e educação Diz ainda ORTEGA Y GASSET a este propósito (o. c., pág. 106): «*cultura é o sistema de ideias vivas que cada tempo possui. Melhor: o sistema de ideias de que o tempo vive. Porque não há remédio nem evasão possível: o homem vive sempre umas determinadas ideias, que constituem o terreno em que se apoia a sua existência. Aquelas a que chamo «ideias vivas ou de que se vive», são, nem mais nem menos, que o reportório das nossas efectivas convicções sobre o que é o mundo e são os nossos próximos, sobre a jerarquia dos valores que têm as coisas e as acções: quais são as mais estimáveis, quais as menos».*

E acrescenta: «*Em suma: o homem não pode viver sem reagir perante o mundo, forjando uma interpretação intelectual dele e da sua possível conduta nele. Esta interpretação é o sistema de convicções ou ideias sobre o Universo e sobre si mesmo que não podem faltar em nenhuma vida».*

Nesta síntese, ORTEGA Y GASSET identifica a cultura geral com a *educação*, tomado este vocábulo em sentido lato.

Cultura geral e cultura especializada Seja porém qual for o nome que se lhe dê, a cultura geral opõe-se à cultura especializada porque esta prepara para ganhar a vida, aquela ensina a viver. Um conhecimento especializado interessa a poucos, os conhecimentos gerais interessam a muitos, se não a todos. A cultura geral tem de ser integral, no sentido de abranger todos os valores; a cultura especializada é parcial. Também a cultura geral se distingue da erudição, porque esta pode compreender conhecimentos desprovidos de utilidade, se é que os há, ao passo que a cultura geral é de uso corrente na vida.

Cultura geral do Universitário E a cultura geral do universitário de que deve constar? «*A cultura, diz ainda ORTEGA Y GASSET (o. c., pág. 111), é regida pela vida como tal, e tem que ser a todo o instante um sistema completo, integral e claramente estruturado. É ela o plano da*

vida, o guia que nos indica o caminho através da selva da existência».

Se é esta a cultura falando em geral, a cultura do universitário deve ser suficiente para ele saber construir para si um ideal de vida digno da posição que vai ocupar na sociedade: e deve dar-lhe luzes bastantes para judiciosa escolha dos meios adequados à realização desse mesmo ideal, que isto será indicar-lhe o caminho através da selva da existência.

Para tanto, ORTEGA Y GASSET (o. c., pág. 96) sintetiza o objecto da cultura geral do universitário em cinco pontos:

1.º

Imagem física do mundo (Física).

2.º

Os temas fundamentais da vida orgânica (Biologia).

3.º

O processo histórico da espécie humana (História).

4.º

Estrutura e funcionamento da vida social (Sociologia).

5.º

Plano do Universo (Filosofia).

Neste programa, ORTEGA Y GASSET abrange o mundo físico e o mundo moral, o divino e o humano, como expressamente declara.

Princípio de economia Mas não importa só o que a Universidade tem de ensinar; importa mais ainda o que o estudante é capaz de aprender durante o tempo normal da formatura. Acresce que o ensino da cultura geral tem de ser para todos, e não para os melhores sòmente. Não pode exceder a capacidade do estudante normal. Põe-se, portanto, a questão: será possível fazer do universitário médio não só

um bom profissional, mas um homem culto, durante o tempo geralmente gasto desde a instrução primária até ao fim de uma formatura?

DIZ ORTEGA Y GASSET que sim, contanto que não haja desperdício de tempo e de energias.

É neste princípio de economia que fundamenta a sua reforma dos estudos e estriba as aceradas críticas que faz do actual estado do ensino universitário.

SENHOR PRESIDENTE, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

A cultura geral e o ensino dos liceus Agora um problema se põe: não bastará para a cultura geral do universitário o que aprende, ou pode aprender, nos liceus?

Houve um tempo em que se julgou possível ministrar nos liceus a cultura geral, entendendo-se por isso um somatório desconexo de conhecimentos enciclopédicos, em grande parte estranhos à mesma cultura. Chegou-se mesmo a atribuir aos liceus este papel como sua principal função, com desprezo da missão mais nobre de ministrar preparatórios para o ensino superior. Às Universidades e demais escolas superiores cabia o papel de ministrarem culturas especializadas.

A missão das Universidades de hoje É possível que até aos fins do século XVIII (1) esta arrumação dos estudos fosse adequada. Hoje não o é. De toda a parte se alevantam clamores contra a incultura dos homens saídos das escolas superiores, quer para as carreiras literárias, quer para as científicas, o que prova que é insuficientíssima para os tempos de hoje a cultura geral que se aprende, ou pode aprender, nos liceus. O ensino das escolas tem de acompanhar os progressos da cultura. A cultura geral, como hoje é entendida, não cabe no âmbito do ensino secundário, tem de subir mais alto. As Universidades não podem limitar-se a dar cultura especializada. Desde o professor comunista LANGEVIN (2) ao filósofo católico

(1) A Faculdade de Artes era preparatória das Faculdades Maiores. Ver MOBERLY, o. c., pág. 168.

(2) M. GLATIGNY: «Histoire de l'Enseignement en France», pág. 127.

MARITAIN, passando pelo professor liberal ORTEGA Y GASSET e pelo professor protestante Sir WALTER MOBERLY, todos concordam em que é tríplice a missão das Universidades de hoje: preparação profissional; investigação científica; ensino cultural.

Modalidades quanto à forma

Todavia se o acordo é geral quanto à necessidade de as Universidades actuais ensinarem cultura geral a todos que por elas passarem, e não apenas culturas especializadas, há divergências quanto à forma de a ministrar.

ORTEGA Y GASSET propõe a criação de uma Faculdade de Cultura onde os estudantes das outras Faculdades venham receber o complemento das suas culturas especializadas.

Outros propõem que os alunos de cada Faculdade sejam obrigados a tirar, noutras Faculdades, umas tantas cadeiras de sua livre escolha, contanto que as matérias nelas professadas sejam completamente diferentes das que são ensinadas na Faculdade a que os estudantes pertencem.

Opinam outros que o quadro de cadeiras de cada curso ou Faculdade seja completado com umas tantas cadeiras de outras Faculdades, determinadas pelas autoridades académicas de modo a completar a cultura geral dos estudantes.

Outros preferem que a cultura geral do universitário se deixe entregue à sua iniciativa, limitando-se a Universidade a facultar-lhe os meios de a adquirir.

Princípios que se impõem

Parece-nos que a solução a adoptar depende em grande parte das circunstâncias especiais de cada Universidade. Todavia há três princípios que se impõem em todos os casos, no que respeita à cultura geral universitária e são:

A iniciativa do estudante deve ser respeitada o mais possível; a Universidade deve ser completa quanto ao número de Faculdades e de instituições necessárias para que, no seu conjunto, ministre a cultura geral em todos os seus aspectos; o meio académico deve ser cuidadosamente preparado para que o estudante viva num ambiente de nível cultural muito elevado.

Ligar à terra Quanto ao primeiro ponto, é sabido que os estudantes universitários sentem no geral antipatia pelas disciplinas a que são obrigados e que julgam desnecessárias para a sua formação profissional. O caso é hoje tão geral que há uma frase feita para designar o destino reservado a essas doutrinas: — ligar à terra. São matérias que se estudam para fazer exame e para esquecer logo em seguida.

A inclusão de tais cadeiras nos cursos de engenharia, medicina, direito, etc., obedece à preocupação de dar a esses estudantes certa cultura geral dentro da profissão a que se destinam. O fim é louvável mas os meios empregados não são adequados. Mais valeria fixar a cada curso certo número de cadeiras de livre escolha. Embora este meio não seja de resultados seguros, as probabilidades de aproveitamento aumentariam.

Cultura integral As vantagens de as Universidades serem completas quanto ao número de Faculdades e às disciplinas nelas professadas, não precisam de ser encarecidas. Uma Universidade incompleta não pode ministrar cultura completa e portanto não estará em condições de ministrar cultura geral.

Influência do meio Mas a acção do meio em que o estudante vive enquanto frequenta a Universidade é factor dominante na formação da sua cultura geral. E justamente para que esse meio seja culto é imprescindível que a Universidade que o informa, seja um organismo vivo. Uma Universidade não é apenas um sistema formado por umas tantas Faculdades ligadas entre si por uma ossatura burocrática. Uma Universidade é um organismo vivo, com seiva que circula através dos seus tecidos — seiva de ideias e de affectos, de cooperação e de incentivos. Numa palavra: uma Universidade é uma comunidade de mestres e de discípulos, como foi nos seus princípios, que é esse o sentido da palavra *Universitas*.

É na circulação desta seiva que se transmite a cultura geral, pelo comércio dos mestres e dos escolares, e destes entre si. Cada Faculdade, cada disciplina faz sentir a sua presença no meio académico através dos estudantes que a frequentam. São como glândulas de secreção interna que segregam as suas hormonas no sangue que as leva a todo o organismo.

SENHOR PRESIDENTE, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Universidade de Coimbra A Universidade de Coimbra tem possibilidade de vir a ser uma autêntica Universidade, como já foi noutros tempos. Mas para tanto, faltam-lhe algumas partes. Citarei as que já teve e hoje não tem.

Escola normal superior Falta-lhe uma Escola Normal Superior, onde os futuros professores, tanto do ensino secundário, como do ensino superior, venham receber a cultura profissional e completar a cultura geral. Se as Universidades têm de ministrar cultura geral a todos os seus alunos, maior obrigação têm de a ministrar aos futuros mestres.

Teatro académico No que respeita à cultura artística, falta-lhe um Teatro Académico, que teve, e no seu tempo a academia de Coimbra constituía a mais culta e a mais temida plateia do País. Um teatro que servisse para tudo — ópera, declamação e cinema, com salas apropriadas para exposições, seria um instrumento de cultura artística inigualável. Dessa casa seria arredado tudo que não fosse educativo e de primeira escolha.

Onde haveria no País terreno mais propício do que este para fazer cultura artística da mais elevada? Abençoado dinheiro esse que viesse a gastar-se no cultivo de terra tão generosa que mesmo sem amanho, espontaneamente por assim dizer, produz maravilhas, como o grupo cénico que ainda há pouco se cobriu de louros no Brasil, com tanta honra para Portugal e para esta Universidade.

Faculdade de Teologia Houve tempo em que os estudantes que se destinavam aos cursos superiores, saíam de famílias com sólida cultura moral e religiosa. Hoje esta regra sofre muitas excepções e porisso nunca se fez sentir tanto como agora a necessidade de ministrar essa cultura nas escolas. O mundo está assoberbado por uma onda de barbarie verdadeiramente assustadora. Se se lhe não põe um dique, caminharemos velozmente para uma era de violência e de brutalidade verdadeiramente terrível, dado o poder des-

truidor das armas modernas. Não é uma questão meramente acadêmica, esta. É uma questão de vida ou de morte para os povos cultos, talvez para toda a humanidade.

E não é com mais ciência, nem com mais belas-artes, nem com mais técnicas que esta questão se resolve. Enquanto os homens do Ocidente se interessarem apenas pelos valores mais baixos e desconhecem ou desprezam os valores mais altos que são os fundamentos de que arranca a civilização, quanto maior for o progresso, maior será o perigo de derrocada, maiores riscos correrão as nossas liberdades e até a nossa vida.

Estes valores mais altos são para nós, homens do Ocidente, os valores morais e os valores religiosos e por isso mesmo o seu ensino se impõe com a mesma necessidade dos valores literários e científicos, senão ainda com maior. Iniciado nas escolas primárias e continuado nas escolas secundárias, este ensino deve ter o remate e a coroa no ensino superior.

Também neste particular a nossa Universidade está incompleta, porque lhe falta hoje uma Faculdade que já teve — a de Teologia.

Alma Mater Mas não bastam as Faculdades, nem os edifícios, nem as condições materiais, por melhores que sejam, para formar uma Universidade. É preciso que essas Faculdades sejam animadas por uma vida comum, que professores e estudantes formem uma autêntica família unida por intensa fraternidade acadêmica. É este o mais eficaz processo de transmitir a cultura geral, de educar, de fazer da Universidade a *Alma Mater* que imprime no espírito de seus filhos um cunho indelével que os acompanha até à morte.

The first part of the paper discusses the general principles of the theory of the atom. It is shown that the atom is a system of particles which are in constant motion. The motion of the particles is determined by the forces acting on them. The forces are of two kinds: attractive and repulsive. The attractive forces are due to the attraction between the particles. The repulsive forces are due to the repulsion between the particles. The attractive forces are of the inverse square law. The repulsive forces are of the inverse fourth power law. The attractive forces are of the inverse square law. The repulsive forces are of the inverse fourth power law.

The second part of the paper discusses the application of the theory to the case of a diatomic molecule. It is shown that the diatomic molecule is a system of two particles which are in constant motion. The motion of the particles is determined by the forces acting on them. The forces are of two kinds: attractive and repulsive. The attractive forces are due to the attraction between the particles. The repulsive forces are due to the repulsion between the particles. The attractive forces are of the inverse square law. The repulsive forces are of the inverse fourth power law. The attractive forces are of the inverse square law. The repulsive forces are of the inverse fourth power law.

The third part of the paper discusses the application of the theory to the case of a polyatomic molecule. It is shown that the polyatomic molecule is a system of many particles which are in constant motion. The motion of the particles is determined by the forces acting on them. The forces are of two kinds: attractive and repulsive. The attractive forces are due to the attraction between the particles. The repulsive forces are due to the repulsion between the particles. The attractive forces are of the inverse square law. The repulsive forces are of the inverse fourth power law. The attractive forces are of the inverse square law. The repulsive forces are of the inverse fourth power law.

The fourth part of the paper discusses the application of the theory to the case of a crystal. It is shown that the crystal is a system of many particles which are in constant motion. The motion of the particles is determined by the forces acting on them. The forces are of two kinds: attractive and repulsive. The attractive forces are due to the attraction between the particles. The repulsive forces are due to the repulsion between the particles. The attractive forces are of the inverse square law. The repulsive forces are of the inverse fourth power law. The attractive forces are of the inverse square law. The repulsive forces are of the inverse fourth power law.

INAUGURAÇÃO DOS EDIFÍCIOS
DA FACULDADE DE LETRAS E
DO OBSERVATÓRIO ASTRONÓMICO
CONSTRUÍDOS PELA COMIS-
SÃO DE OBRAS DA CIDADE
UNIVERSITÁRIA DE COIMBRA

DISCURSOS

PROFERIDOS NA SESSÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 1951
PRESIDIDA POR SUA EXCELÊNCIA O CHEFE DO ESTADO
GENERAL FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
SÃO DE OBRAS DA CIDADE
CONSTRUIDOS PELA COMISSÃO
DO OBSERVATÓRIO ASTRONÓMICO
DA FACULDADE DE LETRAS E
INAUGURAÇÃO DOS EDIFÍCIOS

DISTINGUIDOS

PROTEGIDOS NA SEÇÃO DE 2 DE NOVEMBRO DE 1911
PRESENÇA DE SUA EXCELÊNCIA W. FERREIRA DO ESTADO
GENERAL YRANKO O. RINGO, CAV. 1.º LONDES

*Discurso de Sua Excelência o Ministro
das Obras Públicas, Engenheiro José
Frederico do Casal Ribeiro Ulrich*

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA
SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
SENHOR REITOR
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Em 15 de Dezembro de 1934, era publicada no «Diário do Governo» uma portaria dos Ministros das Obras Públicas e Comunicações e da Instrução Pública — Duarte Pacheco e Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação — cujo preâmbulo rezava como segue:

«A Universidade de Coimbra, a mais tradicional Universidade portuguesa e uma das mais antigas da Europa, possui actualmente instalações que não satisfazem às exigências do ensino e da vida académica de tão importante centro de cultura.

Deseja o Governo, dentro da renovação que se impôs dos altos meios nacionais de cultura, submeter a um plano geral as ampliações e transformações a realizar e as novas construções a erigir, de molde a poder-se formar, com sentido pedagógico e expressiva traça arquitectural, a Cidade Universitária de Coimbra».

E seguia-se a nomeação de uma Comissão de professores incumbida de definir o programa que havia de servir de base à elaboração daquele plano geral.

Simultaneamente, no mesmo número do jornal oficial, outra portaria designava dois architectos «para estudarem um projecto de urbanização em torno do núcleo das actuais instalações universitárias de Coimbra, abrangendo a área necessária à sua conveniente expansão e ao seu perfeito isolamento de edificações privadas».

Inspirados pela superior visão de um Mestre desta Universidade, que já entrou na História de Portugal como um dos maiores entre os seus Maiores, constituíram estes dois diplomas, pode dizer-se, o embrião da grande Obra da *Cidade Universitária de Coimbra* que de há anos a esta parte se vem realizando, através de mil escolhos, com persistência e resoluta espírito de continuidade.

Vão decorridos mais de três lustros sobre aquela data de 15 de Dezembro de 1934 em que a ideia foi esboçada e se iniciou o seu estudo e planificação, e poderá julgar-se diminuto o volume de trabalho efectivamente executado para tão extenso período de tempo. Por estranho que pareça, a verdade porém é que muito do esforço desenvolvido se traduziu, não em edificação, mas sim em *demolição*, e assim só quem viveu de perto essas graves questões do realojamento das famílias cujas casas foram desaparecendo, da instalação provisória de serviços cujas dependências careciam de remodelação,... e sabe Deus quantos outros problemas que dia a dia foram surgindo — poderá sentir, como nós sentimos, quanto representa aquilo que hoje se vê nas cercanias da velha Universidade, quer em vistosa construção nova ou em trabalhos de adaptação de antigas instalações, quer nos próprios espaços livres destinados à implantação dos edifícios que completarão o grande centro universitário de Coimbra.

No entanto, bastante trabalho *positivo* — excludo, por princípio, desta classificação as citadas demolições — foi já possível realizar, e entre a obra executada sobressaem, pela sua manifesta importância, a Faculdade de Letras e o Observatório Astronómico, duas construções de raiz cuja inauguração oficial constitui o objectivo desta sessão. Cabe-me, por dever de ofício, dizer aqui algumas palavras mas serei muito breve, deixando ao ilustre presidente da Comissão da Cidade Universitária de Coimbra o historiar e descrever as suas obras com a autoridade que lhe conferem aquele seu cargo e o de Magnífico Reitor da Universidade que as novas instalações tanto vêm enriquecer.

Limitar-me-ei portanto, Senhor Presidente, a duas palavras apenas: a primeira de saudação e agradecimento a Vossa Exce-lência; a segunda para referir os nomes dos principais obreiros destas construções, e chamar para eles a atenção de todos os presentes e daqueles que por Portugal além se interessam pelo progresso e desenvolvimento da sua Pátria.

*

O Ministério das Obras Públicas está muito grato a Vossa Excelência, Senhor Presidente, pelo favor da sua presença neste acto. Vem de longa data o interesse particular do Chefe do Estado pelas grandes realizações que temos levado a efeito: o antecessor de Vossa Excelência distinguiu-nos sempre com a sua bondosa simpatia, acompanhando-nos nos momentos de alegria — que o são sempre os do termo das obras executadas — e estimulando-nos, com palavras de apreço e de carinho, a continuarmos a nossa tarefa com o mesmo entusiasmo e a mesma devoção que nela pusemos desde a criação do nosso Ministério, há perto de 20 anos.

O facto de Vossa Excelência já ter visitado, no curto espaço de poucos meses e por sua própria e espontânea iniciativa, algumas grandes obras em curso; a presidência que se dignou aceitar do Congresso Internacional da Estrada realizado há semanas em Lisboa; a forma como em todas as oportunidades me tem manifestado o seu muito interesse pelos nossos planos e processos de trabalho; e, finalmente, a presença neste acto solene de inauguração da primeira obra de vulto terminada após a sua subida ao mais alto cargo da Nação — bastam para provar que o nosso actual Chefe de Estado mantém a tradição, acompanhando os nossos esforços e vivendo os nossos êxitos.

Rejubila-nos constató-lo, e na certeza de interpretar o sentimento de quantos trabalham nas Obras Públicas, agradeço a Vossa Excelência, e peço-lhe que continue sempre ao nosso lado. E acrescentarei, por minha parte, que todo o pessoal do departamento merece tal atitude de Vossa Excelência, pois é, orgulhosamente o afirmo, do mais dedicado e competente dos quadros dos servidores do Estado.

*

Muitos técnicos intervieram nesta obra, mas de todos aquele que maior intervenção teve não se encontra, infelizmente, entre nós, porque um desastre brutal o levou para sempre, roubando-nos um grande Amigo e à Nação um filho brilhante no fulgor da sua inteligência e no requinte da sua arte. Refiro-me ao

Arquitecto Cotinelli Telmo, primeiro architecto da Comissão da Cidade Universitária de Coimbra, autor do seu plano geral e orientador do projecto da Faculdade de Letras em que nos encontramos. Tinha de ser lembrado na presente ocasião, e tencionamos perpetuar a sua memória neste edifício, só o não tendo feito ainda por absoluta falta de tempo para encontrarmos a melhor forma de materializar a ideia.

O cargo vago pela morte de Cotinelli Telmo foi preenchido por mestre Cristino da Silva, que à grande realização vem dedicando todo o seu saber e competência; projectou este edifício e o seu recheio o Architecto Alberto Pessoa; os pintores Rebocho e Portela Júnior decoraram-lhe o átrio de entrada; o escultor Barata Feio modelou as estátuas que lhe ficam fronteiras, e ainda serão colocados baixos-relevos de Numídico Bessone; o estudo e a decoração do novo Observatório Astronómico estiveram a cargo dos architectos Álvaro da Fonseca e Duarte de Almeida; o Eng.^o Reis Gonçalves dirigiu as obras desde o seu início, com extrema assiduidade e acerto.

*

O problema do delineamento da Faculdade de Letras apresentou-se desde logo como dos mais complexos, já pelas majestosas proporções do edifício — são 17.118 m.q. de construção —, já pelo seu custo — cerca de 25.300 contos —, já, e em especial, pelo próprio ambiente em que se situa. Foi esse problema objecto de longos e aturados estudos — numerosas soluções se ensaiaram, antes de se chegar àquela que acabou por ser adoptada. Conseguiu-se a tão desejada perfeição? A resposta será certamente negativa, e nós próprios, que acompanhámos toda a evolução do caso e somos os mais directos responsáveis pela traça geral aprovada e executada, compreendemos a reacção desfavorável de algumas pessoas que se sentem de certo modo impressionadas pelo contraste dos estilos architectónicos em presença. Mas esperamos poder contar com a sua benevolência ante a compreensão das nossas dificuldades e a certeza, que não absolve mas atenua possíveis culpas, de termos envidado todos os nossos esforços para acertar. Afinal, meus Senhores, seguimos o exemplo de trás, tão flagrante nos edifícios da vetusta Universidade, cujas sucessivas ampliações foram deixando bem vincados os estilos das diversas épocas em que se fizeram. É pro-

vável que cada uma tenha suscitado observações e críticas, para mais integrando-se todas num mesmo bloco de construção; porém, hoje somos unânimes em admirar o seu conjunto. E assim talvez a História se repita e o tempo vá desvanecendo qualquer impressão menos agradável agora causada pelas fachadas marginais da Praça da Porta Férrea — que tiveram naturalmente de condicionar-se às plantas impostas pelas exigências pedagógicas dos dois edifícios que rematam exteriormente.

O caso do novo Observatório, foi outro e bem mais fácil de resolver. Uns gostarão do seu estilo, outros não — a unanimidade na matéria é quase sempre impossível de conseguir —, mas isso já é outra questão sem paralelo com a primeira.

Não obstante o que acabo de dizer, os técnicos e os artistas cujos nomes citei emprestaram ao seu trabalho toda a sua competência e boa vontade. Merecem pois, com justiça, a palavra de apreço e de louvor que neste momento lhes dirijo.

*

E deixei propositadamente para o fim os nomes do Doutor Maximino Correia e do Engenheiro Sá e Melo. Que dizer deles? Não o sei, sinceramente! Não encontro palavras para traduzir o que penso do seu trabalho, da sua dedicação sem limites, da persistência e bom senso com que souberam torner tantas e tantas dificuldades surgidas no decurso dos trabalhos. Julgo que se não podia fazer melhor, que são dignos dos maiores encómios e da gratidão do País, e peço licença a Vossa Excelência, Senhor Presidente, para lhes testemunhar agora e daqui esses sentimentos e para lhes agradecer do coração a magnífica, amiga, inexcédível colaboração que têm prestado ao actual Ministro das Obras Públicas.

O Eng.^o Sá e Melo não pôde, infelizmente, comparecer por motivo de doença. Mas sei que nos acompanha em espírito e vive conosco esta hora de alegria e satisfação que tanto se deve ao seu esforço.

*

E, posto isto, Senhor Presidente, termino por onde comecei, renovando a Vossa Excelência as nossas homenagens de rendida gratidão pela sua presença neste acto inaugural.

... e a natureza da coisa julgada...

*Discurso do Senhor Director do
Observatório Astronómico,
Doutor Manuel dos Reis*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Sempre vivamente interessado pelos progressos da nossa Pátria, quer no campo das realizações materiais quer no das realizações culturais, dignou-se Vossa Excelência visitar os edifícios já construídos na outra margem do rio para o Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra. É uma grande honra dispensada a este estabelecimento científico, a qual, como director, profundamente agradeço a Vossa Excelência. Os factos quase bisseculares do mais antigo dos nossos Observatórios não deixarão de memorar com orgulho o dia em que Vossa Excelência se dignou percorrê-lo tão atentamente.

Acompanhando Vossa Excelência nessa visita, também Suas Excelências os Senhores Ministros das Obras Públicas e da Educação Nacional deram ao Observatório elevada honra, que me cumpre igualmente agradecer.

Foi o Observatório Astronómico de Coimbra instituído pelos Estatutos pombalinos da Universidade, publicados no ano de 1772, e desde logo se projectou construí-lo com grandeza no local do castelo da cidade, que para isso começou a ser demolido. Entretanto o Observatório instalava-se provisoriamente numa casa térrea adrede construída no Terreiro da Universidade, o que era facilitado pela simplicidade dos instrumentos astronómicos que inicialmente lhe foram concedidos. Demolido o castelo, executou-se uma parte do projecto delineado; mas as obras foram definitivamente suspensas, e o mais que pôde conseguir o Prof. Monteiro da Rocha, primeiro director e sem dúvida inspirador da fundação do estabelecimento, foi a substituição da casa provisória do Terreiro da Universidade por um edifício definitivo no mesmo local, muito menos grandioso que o do sítio do castelo, mas igualmente sólido, e não destituído de elegância. Neste edifício, demolido há meses,

funcionou o Observatório desde o ano de 1799. Nele firmou rapidamente os seus créditos perante os Observatórios Astronómicos de todos os países, tanto pelas observações empreendidas como pelas publicações editadas, uma das quais, de carácter anual, subsiste com a idade rara de 149 anos.

Não obstante sucessivas e progressivas renovações do aparamento, feitas, as mais importantes, por iniciativa de quase todos os directores efectivos, desde o Prof. Monteiro da Rocha, passando pelos Profs. Tomás de Aquino de Carvalho e Rodrigo de Sousa Pinto, ao Prof. Francisco da Costa Lobo, penúltimo director, e até por motivo dessas renovações, que consistiam em introduzir instrumentos sempre mais complicados, umas vezes com fins de substituição mas outras com fins de adição, o Observatório, nas últimas décadas, estava tendo dificuldades de funcionamento por manifesta insuficiência quer do espaço (que já obrigara a construir o pavilhão do espectroheliógrafo no terreno do Instituto Geofísico), quer do quadro do pessoal. É digno do maior louvor o Governo da Nação, cumprindo sob este aspecto destacar Suas Excelências os Senhores Presidente do Conselho e Ministro das Obras Públicas e da Educação Nacional, por ter prestado a maior atenção a estas dificuldades e ter decidido fazê-las desaparecer, empreendendo a construção de novos edifícios para o Observatório num vasto terreno bem localizado e ampliando de modo notável o quadro do pessoal. Com o quadro ampliado poderá activar-se o trabalho de investigação, quer independente, quer de colaboração com outros Observatórios, nas duas secções — Astronomia de posição e Astrofísica — em que o Observatório se divide. Nos edifícios já construídos instalar-se-ão melhor os serviços centrais e certos instrumentos existentes, e sem dúvida se aproveitará a oportunidade para, como se fez tantas vezes no passado, actualizar o restante aparamento. Enfim a vastidão do terreno permite a construção de outros edifícios que se acabe por reconhecer serem necessários.

Como estabelecimento duma escola, no Observatório faz-se ensino. Mas, porque essa escola é uma Universidade, no Observatório não se faz, nem se deve fazer, nem para isso foi fundado ou tem sido reformado, unicamente ensino. É da essência das Universidades, em ligação com o ensino respectivo, que só deste modo terá o nível que convém, contribuir dignamente para o trabalho de pesquisa científica que prossegue em todos os países

civilizados com intensidade proporcional ao grau de civilização, em certos ramos principalmente por interesses de ordem prática, às vezes de considerável ou mesmo de vital importância para as nações, mas em muitos outros por interesse meramente filosófico, que é o de surpreender verdades teóricas, que são flores da civilização e prestigiam as nações em que vicejam, e que por acréscimo não raro se transmudam em frutos práticos de que a civilização largamente aproveita. Certamente o entendeu assim o Governo, decidindo que a nova instalação do Observatório tivesse proporções consideravelmente mais vastas que a anterior, dotando-a de mais pessoal e pensando em renovar numa parte importante o seu apetrechamento. Honra lhe seja.

Cumpre-me ser breve, e vou pôr termo a estas singelas considerações. Mas antes de fazê-lo devo mencionar o interesse que têm dedicado àquela nova instalação o Ex.^{mo} Reitor da Universidade, que preside à Comissão Administrativa das grandes Obras que nela se estão executando, e os seus Ex.^{mos} Colegas nessa Comissão. À sua inteligência e boa vontade muito ficará devendo o Observatório.

Termino, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, rendendo a Vossa Excelência as minhas respeitadas homenagens.

*Discurso do Senhor Director da
Faculdade de Letras, Doutor
Aristides de Amorim Girão*

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA
SENHORES MINISTROS DA EDUCAÇÃO NACIONAL
E DAS OBRAS PÚBLICAS
MAGNÍFICO REITOR
EX.^{MAS} AUTORIDADES
PREZADOS COLEGAS
QUERIDOS ESTUDANTES
SENHORAS E SENHORES

Ao ter de proferir aqui as breves palavras gratulatórias que a minha posição nesta casa forçosamente impõe, e a solenidade do momento e a significação do acto necessariamente exigem, ocorre-me ao espírito a expressão de júbilo com que o sábio Rei antigo quis celebrar o fim do cativo imposto ao seu povo. É que também a Faculdade de Letras de Coimbra, depois das privações de toda a ordem que teve de passar por motivo das obras em curso da Cidade Universitária — numa fase atribulada que chegou a comparar-se à vida das catacumbas — também ela exulta agora com a inauguração deste grandioso edifício, que pode não impressionar muito a gente moça, habituada já por certo a tantas coisas novas em Portugal, mas que, para quem veio já do outro século, assume as proporções de coisa imprevisita, que até há pouco nem sequer poderíamos imaginar.

Devo lealmente confessá-lo: à primeira reunião havida no Paço das Escolas para esboçar o plano das Obras da Cidade Universitária, levei eu até, dos meus colegas, a incumbência, bem grata ao meu espírito por sinal, de pugnar por que ficássemos onde estávamos instalados, apenas com a remodelação e ampliações aconselhadas pelas novas exigências do serviço escolar.

Presidia a essa reunião o grande e sempre lembrado Ministro das Obras Públicas que tão trágicamente se foi deste mundo

«na carreira vertiginosa da estrada e da vida». E logo que chegou a minha vez de falar, esforcei-me por advogar, o melhor que soube e pude, a continuação da Faculdade de Letras no seu antigo edifício, dizendo do nosso apego àquelas paredes que com tantos sacrifícios se tinham levantado, e do nobre exemplo que ali recebêramos de Mestres insignes que a essa casa tinham ligado a sua vida e a sua obra.

O Ministro que presidia deixou-me falar à vontade. Mas, apenas terminei, cortou cerce as minhas razões mais ou menos com estas palavras: «Apreciei o seu voo sentimental em defesa da continuação no mesmo edifício; mas se a Faculdade tem já instalações insuficientes para o desenvolvimento dos seus serviços e para a sua grande frequência actual, e é preciso construir ao menos para 50 anos, a realidade impõe necessariamente um edifício completamente novo».

E é este novo edifício que hoje se inaugura oficialmente. A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, criada em 1911, instalada primeiro de empréstimo nalgumas salas dos *Gerais* e à ilhargá do antigo Colégio de S. Pedro, transferida depois para casa própria, mas acanhada e mal dividida, pois começara a levantar-se para um teatro, entra agora na posse efectiva deste edifício grandioso, expressamente construído para o fim a que se destina, edifício de salas amplas e cheias de ar e de luz, apetrechado com todos os requisitos das modernas instalações pedagógicas, e com o qual não podem deixar de considerar-se plenamente satisfeitas as nossas melhores aspirações.

Eu sei, entretanto, meus Senhores, sei e sinto por experiência própria, que, em face desta construção monumental, não faltará quem se mostre ainda insatisfeito, se não mesmo desgostoso. *Jupiter non omnibus placet.*

Hão-de alguns voltar-se talvez para o passado e lamentar apenas o que foi preciso demolir para que se levantassem as novas estruturas.

Hão-de outros achar que a nova construção, nas suas proporções grandiosas, como que esmaga a antiga, além de a deslustrar na afirmação gritante do seu estilo modernista.

Outros hão-de, ao contrário, dizer até que o edifício não é suficientemente grande, invocando o facto de alguns Institutos já neste momento terem excedido o espaço que lhes foi destinado.

Há-de um ou outro implicar talvez com o luxo interior de algumas instalações. E outros ainda, como eu, fazer os seus reparos, não já ao edifício em si, mas à frescura de algumas adjacências, deveras lamentando que o estatuário não tenha conseguido materializar em pedra a alta espiritualidade que deve ser timbre de uma escola digna deste nome.

Desterremos, entretanto, do nosso espírito estas cogitações impertinentes e impróprias do acto festivo em que nos encontramos, porque a hora é apenas de intenso júbilo e de viva congratulação: hora de louvor a Deus, antes de tudo, que permitiu vivêssemos esta consoladora realidade; hora de público reconhecimento ao homem que em 1940 concebeu e expôs o plano da nova Cidade Universitária de Coimbra, e que sobretudo soube pôr em devido tempo as condições necessárias à sua realização. Edifícios desta magnitude assentam sobre uma base que nem todos agora terão presente ao seu espírito, mas que é por isso mesmo ensejo de recordar: têm como alicerce a obra obscura mas fundamental de economia e de boa administração dos dinheiros públicos que nas duas últimas décadas sem desfalecimentos vem prosseguindo em Portugal. Nada disto teria sido possível, com efeito, se um Ministro das Finanças, nos dias já distantes de Abril de 1928, não tivesse metido ombros à tarefa de pôr a casa em ordem, assentando em bases seguras a reforma financeira e regularizando depois através dela a vida económica nacional.

Cumprido este grato dever de consciência, em nome desta Faculdade e no meu próprio quero exprimir também o nosso muito saudar e o mais profundo reconhecimento a todas as personalidades ilustres que hoje quiseram vir até nós, dando assim a este acto inaugural o brilho da sua presença.

Saudações e agradecimentos, antes de todos, a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, pela altíssima honra que representa para esta Faculdade a visita de quem, no curto lapso de tempo que leva de exercício da Suprema Magistratura da Nação, conseguiu encontrar já tempo suficiente para afirmar-se timoneiro seguro da nau do Estado e digno sucessor do saudoso Marechal que Deus tenha em Sua glória. Saudações e agradecimentos especiais a Vossas Excelências, Senhores Ministros da Educação Nacional e das Obras Públicas; agradecimentos ainda a Vossa Excelência, Senhor Reitor e Presidente

da Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária, pelo muito que lhe devemos; e, na pessoa de V. Ex.^a, a todos os que, planeando ou executando, contribuíram para que fosse levada a bom termo a obra que hoje se inaugura.

E agora que fica assim tão magnificamente instalada a nossa Escola, ilustres Colegas e queridos Estudantes, mais que nunca é preciso mostrar aos altos poderes do Estado que o merecemos.

Dizia-me há tempos o Senhor Director do Instituto Francês em Portugal que este novo e grandioso edifício viria dar à nossa Faculdade uma nova juventude.

Também assim creio e espero. E todos continuaremos a trabalhar, e agora com mais entusiasmo, procurando encher estas paredes com uma actividade científica e pedagógica que esteja verdadeiramente à altura delas.

E ser-me-á permitido fazer ainda, para terminar, uma singela aproximação de factos?

Inauguraram-se este ano, como todos sabem, duas centrais hidroeléctricas de grande envergadura, capazes de levar a energia e a luz por esse País fora, e de libertar-nos em grande parte de um pesado tributo que anualmente temos de pagar ao estrangeiro. Pois é também uma central de novo estilo, uma Central do Espírito, que hoje aqui se inaugura, destinada a difundir as luzes da inteligência e a preparar as novas gerações que hão-de tomar em suas mãos os destinos de Portugal.

Sursum corda! Mesmo nos tempos calamitosos que vimos atravessando, tempos de severas restrições e de dificuldades de toda a ordem, numa atmosfera nunca vista de inquietação internacional, tem sido possível realizar neste País da Europa uma obra construtiva que há-de ficar indiscutivelmente para os séculos.

Já não precisamos nesta nossa terra portuguesa — louvado Deus! — de olhar só para países estranhos ou de nos voltarmos apenas para o passado, quando quisermos contemplar aquelas grandes realizações materiais que permanecem como outros tantos marcos miliários no decorrer dos tempos, e assinalam épocas de bem-estar e de progresso dos homens e dos povos.

Não se enganou nem nos enganou o Senhor Presidente do Conselho, quando proferiu aquelas palavras de estímulo e de fé: *Portugal pode ser se nós quisermos uma grande e próspera Nação!*

*Discurso do Ex.^{mo} Reitor, Doutor
Maximino José de Moraes Correia*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA
EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO
NACIONAL
EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS
EX.^{MAS} AUTORIDADES
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Dia grande é este para a Universidade de Coimbra.

Na história da veneranda instituição, poderá havê-los triunfais, gloriosos, ou mais espectaculares, mas poucas vezes, no dobar dos séculos, ela se terá visto tão prosperada nos meios de acção, enriquecida no património e acrescentada em prestígio, como neste dia, em que o próprio Chefe do Estado se digna estar presente, com os dois ilustres Ministros a quem mais de perto diz respeito este acto.

A Universidade de Coimbra jubilosamente testemunha a Suas Excelências o seu indelével reconhecimento pela honra desta presença e agradece a todos que aqui acorreram com o mesmo nobre intuito de nos acompanhar neste dia que é de grande festa na nossa Casa.

Mas como a vida é feita de contrastes, também nos punge a saudade dos que a morte nos roubou, Colegas que a esta obra da Cidade Universitária de Coimbra votaram o maior entusiasmo, como Luís Carrisso e Moraes Sarmiento, o grande Ministro Duarte Pacheco, primeiro impulsionador da realização, e os inesquecíveis companheiros da Comissão, Architecto Cotinelli Telmo, espírito inspirado e alta competência, e Abailardo Costa, secretário zelosíssimo que, com grande energia e dedicação, se desempenhou de espinhosas missões.

É também de lamentar que um incómodo ocasional, felizmente sem gravidade, nos prive da presença do Senhor Enge-

nheiro Director-Delegado Manuel Sá e Melo, a quem esta obra, e portanto a Universidade, deve, em dedicação, solicitude e competência, inestimáveis serviços.

SENHORAS E SENHORES!

Eu sou de um tempo em que os melhoramentos públicos tinham um fundamento mitológico.

Os serviços ou se instalavam em edifícios subtraídos aos bens da Igreja, ou de congregações religiosas, ou em velhos casarões donde eram removidos outros, que ali estavam a funcionar.

Erguer uma construção de raiz, destinada a certa finalidade, projectada com os requisitos indispensáveis para o seu eficiente funcionamento, era coisa tão rara como um elefante branco.

Mas havia muitos projectos e lançava-se, entre discursos, acordes de música e estralejar de foguetes, frequentemente, a *primeira pedra*, com grande cerimonia. O pior é que raras vezes se lançava a segunda.

Hoje, louvado Deus, não é assim.

A nossa Universidade inaugurou há três anos uma série de edifícios, um dos quais inteiramente novo, construído com todos os requisitos indispensáveis sob o ponto de vista funcional, equipado de todo o material mais moderno, — o Arquivo; além deste, foi também inaugurado, na antiga Imprensa, que inteiramente remodelada e equipada bem pode considerar-se uma obra nova, o Instituto de Coimbra, onde ficou dignamente acomodada essa agremiação, cuja vida, tão ligada à da Universidade, justifica inteiramente o interesse do Governo e da Comissão.

Também nessa mesma altura pôde ser instalada a Reitoria, a Secretaria e a Tesouraria na ala de S. Pedro, completamente reconstruída.

A todas essas inaugurações se procedeu com os serviços a funcionar já nos próprios edifícios.

E, se pelo que respeita ao Observatório Astronómico, não podemos hoje dizer o mesmo, assim acontece porque a natureza dos seus serviços tem tal delicadeza que a montagem dos aparelhos requer tempo e oportunidade.

Mas os blocos, cuja construção foi autorizada, encontram-se prontos a ser utilizados.

No que concerne ao edifício da Faculdade de Letras, cujas proporções, majestade e apetrechamento, a todos é dado verificar, está pronto a ser utilizado, e não é segredo para ninguém que já aqui se efectuou o Curso de Férias, se têm feito exames e dado aulas.

Ocupa este edifício uma área de 3.000 metros quadrados, o que corresponde à utilização, com os pavimentos que a formam, de 17.118 metros quadrados, mais do dobro do que se dispunha na antiga sede.

Os trabalhos de terraplanagem e lançamento dos alicerces foram iniciados em Dezembro de 1945, e o custo total da obra, com o apetrechamento dos vários serviços, ultrapassou os 25.000 contos.

Além dos 17 institutos, instalados em óptimas condições, existem 13 salas de aula e mais 5 anfiteatros de grandes dimensões, 37 gabinetes de professores, um laboratório de Fonética Experimental, 18 salas de leitura ou seminários, uma sala dos professores, uma sala do Conselho, um salão de festas e também uma cantina, — o que constitui novidade nos nossos edifícios universitários, mas que as condições actuais plenamente justificam. Basta que recordemos que foram demolidas várias casas onde estavam instalados cafés, restaurantes, etc., cuja utilização pelos estudantes era habitual.

Não quero fatigar V. Ex.^{as} com a enumeração dos 17 institutos, alguns agora criados ou instalados especialmente, as suas acomodações e condicionamentos.

Mas não deixarei de acentuar que tudo foi planeado com o acordo de todos os directores dos serviços, na obediência estrita às necessidades pedagógicas e da investigação científica.

As únicas restrições que aqui ou além tiveram de fazer-se foram as impostas pelas limitações do espaço. No resto, o Governo e a Comissão tiveram sempre a preocupação de ouvir e seguir as opiniões do corpo docente da Faculdade, naquilo que dizia respeito às suas atribuições.

Este majestoso bloco, cuja implantação suprimiu a rua do Cosme e a rua das Cosinhas, modificando assim a planta da cidade e até o perfil da «colina sagrada», exigiu a expropriação, a demolição e a remoção dos escombros de 43 casas, onde se albergavam 140 famílias, ao todo 470 pessoas.

Creio que bastará a consideração destes números para se avaliar um pouco das dificuldades que surgiram, mesmo antes de se começar a edificar, e o que tem sido o trabalho da Comissão a que tenho a honra de presidir, que não sendo constituída por pessoas sem sensibilidade, muito pelo contrário, tem ouvido pedidos, lamentações, protestos e até objurgatórias que, se não se justificam, muitas vezes se explicam.

Bastará lembrar, entre outras, estas palavras que num dos mais importantes jornais do País se escreveram — «a mesma picareta que começou a demolir a sua casa abriu também o seu coval» — em referência à casa do Doutor Eugénio de Castro, abrangida e demolida, como a minha, em holocausto ao progresso da nossa Universidade. Que Deus lhes perdoe!...

Suponho que o Senhor Marquês de Pombal, tão firme nos propósitos como rápido na execução dos seus desígnios, deparou com dificuldades iguais, senão maiores, do que aquelas que a Comissão da Cidade Universitária encontrou ao pretender lançar os alicerces do que seria o Observatório Astronómico construído sob a sua égide.

O que ali existia do velho castelo que dominava ainda em fins do século XVI a cidade de Coimbra, tinha tal robustez e opunha tal resistência à demolição que houve de incluir e ainda de ocultar nesses alicerces e nas paredes que se ergueram uma velha torre quadrangular, cuja redescoberta foi motivo de grande rego-sijo para os arqueólogos conimbricenses, entre eles o malogrado Professor Virgílio Correia.

Na verdade o Observatório Astronómico só bastante mais tarde veio a ser construído, e noutro local, a face sul do Pátio da Universidade.

Não tardou, porém, que se reconhecessem os inconvenientes de tal situação, agravados todos os dias com o desenvolvimento da cidade, e que não se pensasse, «além de muitas outras coisas feias deitar abaixo aquela excrecência...».

E aí temos agora «intacto aos olhos encantados o panorama maravilhoso do Mondego, das Lágrimas, da Quinta das Canas, do Seminário, das encostas de tristes oliveiras, com a serra no horizonte longínquo».

Houve para tanto que procurar longe do aglomerado populacional o local para implantação do novo Observatório.

Esse local escolhido de acordo com o Director do serviço tem a área de 75.000 metros quadrados e situa-se na colina que domina o alto de Santa Clara.

Ali foi erguido o excelente edifício central, hoje visitado, onde ficarão instalados os gabinetes do Director, dos observadores, o museu, a sala de leitura, a biblioteca, o arquivo, as salas de aulas e outras dependências.

Mas, além deste, mais seis pavilhões anexos completam pròpriamente as instalações científicas para montagem do circular meridiano, do equatorial de Troughton, do espectrógrafo estelar, do espectroheliógrafo, do fotoheliógrafo, etc..

Estão também prontas a serem utilizadas três casas de habitação, duas para observadores e uma para um guarda, além de oficinas e garagem.

É certo que o plano primitivo compreendia ainda mais alguns anexos, entre eles um que, na verdade, creio indispensável, a casa para o Director.

Julgo que um departamento tão complexo, com múltiplos pavilhões e serviços que carecem de coordenação permanente, exige assídua vigilância e orientação, e isso só poderá ser conseguido com a assistência do Director — o que implica a sua habitação no conjunto.

De toda a forma, o que está já feito é imenso e constitui motivo do maior reconhecimento por parte da Universidade.

Basta acentuar que as obras para dotar este serviço já consumiram ao Estado o melhor de 6.400 contos.

O Ministério da Educação Nacional, acompanhando este benéfico desenvolvimento dos meios de acção da Universidade, promoveu pelos Decretos-Leis n.^{os} 38.434 e 38.446 o aumento dos quadros de funcionários da Faculdade de Letras e do Observatório Astronómico, à semelhança com o que já fizera relativamente ao Arquivo pelo Decreto-Lei N.^o 36.783.

Dentro da parcimónia em que uma sã administração se move, julgamos que é mais um motivo que suscita o nosso reconhecimento e que bem demonstra a atenção que o Governo dedica aos problemas fundamentais do País.

Salazar escreveu algures: «modestamente, sem alarido, sem invejar ninguém, por nossas próprias forças vamos reconstruindo o lar pátrio».

E é assim que esta inauguração adquire o sentido integral de um largo impulso dado à velha Universidade, impulso forte e salutar, para que ela, que sempre se tem empenhado em bem servir Portugal, possa prosseguir cada vez melhor no cumprimento da sua missão.

Glória aos Homens que tal promoveram!

*Discurso de Sua Excelência o Ministro
da Educação Nacional, Doutor
Fernando Andrade Pires de Lima*

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA
SENHOR MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS
MAGNÍFICO CANCELÁRIO REITOR
SAPIENTÍSSIMOS DOUTORES
SENHORES ESTUDANTES
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

A inauguração de algumas novas dependências na velha Universidade de Coimbra representa para todos nós, ligados ou não à vida universitária, um facto a assinalar. E ao commemorarmos nesta sessão solene mais um ano da política de renovação iniciada há um quarto de século, entendo dever abstrair, por momentos, da fachada imponente que acabamos de ver, das grandes salas de estudo e de trabalho, das ricas bibliotecas, dos salões e salas de conferências, para, em modesto recolhimento, meditar durante alguns minutos sobre o futuro da nossa Universidade. É preciso, realmente, não nos deixarmos abandonar inteiramente ao esplendor da obra material, porque se ela não corresponder à orientação e aos métodos de ensino que exigem as condições actuais de vida, pode ser praticamente inútil o sacrifício feito. Modifica-se a fachada mas a Universidade não continua.

Não é necessário tempo para reconhecer que a Universidade portuguesa foi, entre nós, durante séculos o centro máximo da cultura. Nela se forjaram ou criaram raízes as grandes doutrinas sociais, nela viveram os maiores pensadores de cada época, dela saíram, pela formação dos seus alunos, os ditames e as concepções filosóficas que orientaram a marcha dos governos e o próprio sentimento nacional. 1640 e 1926, são duas datas que se deveriam gravar a ouro à entrada do Paço das Escolas.

Importa, pois, velar pela Universidade.

Mas fazer o quê? Mantê-la com as suas características tradicionais, considerando-a um simples estabelecimento de ensino, uma escola onde se ministra a ciência feita? Dar-lhe uma nova estrutura, que a torne mais útil na formação das elites intelectuais?

Pondo de parte certos problemas, como os relativos à formação moral ou à educação física dos alunos, que considero a caminho duma indiscutível solução — só, na verdade, a influência prolongada de um liberalismo mal compreendido permitiu distinguir entre o estudante e o homem, e abandonar este à sua suposta liberdade — e situando-me no campo exclusivamente cultural, poderei sintetizar a questão esboçada num confronto grosseiro, mas simples, entre o tipo da Universidade alemã do século XIX e o tipo tradicional da Universidade latina, entre a aprendizagem no laboratório e a lição que se ouve na aula e se decora em casa, entre o ensino prático e o ensino livresco, entre o especialista e o homem de cultura geral.

Nestes quatro aspectos estão definidas duas orientações.

A Universidade portuguesa não se tem afastado sensivelmente, no decurso de séculos, e no aspecto que agora nos interessa, do tipo clássico da Universidade latina, nascida dos Estudos Gerais que se fundaram na Europa durante a Idade Média. Considerada como estabelecimento de ensino, e só como estabelecimento de ensino, a sua função, pondo de parte reacções sem grande vulto, tem sido a de transmitir aos alunos os conhecimentos adquiridos pela ciência.

Criou-se, neste ambiente, o tipo do grande mestre que todos nós conhecemos, daquele que pela sua inteligência, pelos seus dotes oratórios, pelo seu poder de síntese e de compreensão dos problemas científicos, considerados estes os grandes predicados da pedagogia, conseguia interessar o auditório e ser ouvido com proveito pelos discípulos. E criou-se o tipo do grande aluno, daquele que revelava cedo os mesmos predicados e as mesmas predilecções intelectuais. O mérito media-se pela inteligência, é certo, mas não se prescindia do efectivo conhecimento, da citação de autores ainda não explorados, da enumeração de novas doutrinas e de todas as razões da ciência, e de uma boa memória capaz de bem catalogar e sistematizar os ensinamentos alheios. Quanto mais livros se liam, mais opiniões se conheciam, maior era a cultura e assim era maior o mestre e era maior o aluno.

Não importa saber em que medida a Universidade imprimiu carácter a uma época, e em que medida a Universidade se deixou influenciar pelo modo de ser exterior. O que é certo é que se viveu paralelamente, durante esse longo passado, e em todos os campos, um período de domínio daquilo a que se chamou a *cultura geral*. A cultura geral e enciclopédica, com um pouco mais ou um pouco menos de especialização, dentro ou fora de cada ramo científico, era o índice seguro do valor social do homem.

É neste ambiente que a Universidade quase limitou a sua função a ministrar conhecimentos, e assim formar técnicos para o exercício de profissões e para o preenchimento de cargos públicos.

Eu julgo que essa tendência do ensino para o enciclopedismo, quase inteiramente livresco ou verbal, que essa concepção da cultura como somatório de conhecimentos sempre incompletos e superficiais, fez a sua época, para dar lugar, com o desenvolvimento progressivo de todos os ramos da ciência, com a necessidade premente de formar homens socialmente mais úteis, para a especialização, o que quase quer dizer para a investigação científica.

Na verdade, são tantos hoje os conhecimentos humanos que a inteligência por grande que seja não pode abranger senão um limitadíssimo campo. É preciso, pois, desconfiar do homem que se aponta como possuidor duma grande cultura geral, mas que não sabe fixar útilmente a sua atenção e a sua inteligência num ponto determinado, que não sabe dirigir-se para a periferia da cultura, para a incógnita que carece de ser esclarecida. O enciclopedista é na generalidade dos casos inimigo da produção. Conhecimentos dispersos são infrutíferos porque o saber disperso é imperfeito. É a meia-verdade que tanto se distancia da verdade como da mentira.

O problema que ponho não é exclusivo do ensino superior. É até mais premente no ensino médio, designadamente no ensino liceal, onde à força de se ministrarem conhecimentos inaproveitáveis, com o fraco argumento de que são úteis, se pode criar na juventude uma mentalidade mais propícia à vacuidade e à inércia do que ao trabalho, à persistência, à ponderação, à avidez intelectual, à criação de novos valores e de novos conhecimentos.

Não se pense que eu pretendo fazer aqui o elogio da ignorância para justificar a eliminação de mais algum latim ou de mais alguma geografia dos programas do liceu. Eu não elogio a ignorância, mas ponho em dúvida, hoje em dia, o valor social que tem sido atribuído àquele que na escola apenas aprendeu a ler e a repetir, e levanto um problema agudo respeitante à orientação do ensino superior.

Comecei por pôr em confronto com a tendência do nosso ensino clássico, o exemplo alemão durante o século XIX, período áureo da ciência europeia. Podia também citar o exemplo actual de outros países, nos quais assistimos, não sei se verdadeiramente por razões étnicas, se por recíprocas influências da escola e do meio, a um desenvolvimento extraordinário da ciência em todos os campos, e com ele a um desenvolvimento notável da indústria e do comércio. E ao olhar para o preço elevado por que pagamos o factor intelectual que está na base de quase tudo o que importamos do estrangeiro, eu pergunto se há o direito de continuar a apontar, como o fazem ainda grandes espíritos, o homem médio de alguns países como inculto, só por não conhecer belas-artes ou geografia quem se dedica a problemas biológicos, ou não conhecer física quem estuda problemas literários. Não compreendo ainda que se culpem sobretudo as Universidades do carácter catastrófico (a palavra não é minha) da situação presente europeia, só por delas saírem agora profissionais mais sábios do que nunca, mas sem cultura geral.

Grande exemplo também nos dá a vizinha Espanha com a obra do seu Conselho Superior de Investigação Científica. Apercebeu-se cedo aquele Estado do inconveniente em manter o sentido tradicional da cultura e da necessidade de, por novos rumos, se evitar a subalternização económica do país.

Eu tenho, pois, como certo que o ensino universitário, como em princípio todo o ensino, deve encaminhar-se abertamente para a especialização, e que esta deve começar o mais cedo que puder ser. Só assim há tempo, dado o desenvolvimento da ciência, de aprender e de criar alguma coisa. Só assim se poderão manter no quadro das disciplinas, aquelas que se considerem verdadeiramente formativas do homem actual.

Eu disse há pouco que falar em especialização era quase falar em investigação científica.

É conveniente, pois, dizer algumas palavras sobre esse problema a dentro da Universidade.

O incremento da investigação nos estabelecimentos de ensino superior, por acção própria, ou sob a égide e protecção do Instituto para a Alta Cultura, é um facto que dia a dia vai tomando relevo. E se não fosse uma ou outra voz discordante, mais no exterior do que dentro do País, podia-se, sem o discutir, aceitar o movimento como a lógica e fatal consagração de ideias e princípios a que já aludi.

Julgo que o problema, e para afastar desde já excessos a que têm sido conduzidos, num ou noutro sentido, alguns pensadores contemporâneos, pode resolver-se dentro destes dois postulados: A Universidade, como centro de formação, não pode dispensar a investigação científica. A Universidade, como centro de cultura, não pode dispensar o ensino dos conhecimentos já adquiridos.

Vejamos o primeiro:

Concebe-se teòricamente que o ensino, por mais especializado que seja, se faça à margem da investigação. Essa separação integral, preconizada por alguns, parte da afirmação de que não é possível fazer-se investigação científica senão com o objectivo imediato de descobrir conhecimentos. Ora às Universidades cabe o papel de formação e preparação de profissionais, dos quais apenas poucos, sempre raros, se vêm a dedicar à investigação. E esses, podem e devem preparar-se em centros estranhos à Universidade.

Eu encontro nestas ideias dois pontos de vista errados. Ignora-se, por um lado, o papel formativo que cabe à Universidade e a sua função educativa. Só a transmitir-se a ciência feita nem se educa a alma, nem se moldam os caracteres e os sentimentos nobres, nem se criam profissionais completos. A Universidade para ser verdadeiramente a *Alma Mater* deve preparar integralmente o homem para a vida.

Desconhece-se, por outro lado, ou nega-se mesmo, o valor educativo da investigação. É o segundo erro.

A ciência estática, sem vida, sem começo e orientação, pode cultivar o espírito, mas não adentra a inteligência a novos empreendimentos; pode preparar superficialmente o homem para o exercício duma profissão ou para um emprego público, mas não lhe dá o vigor e ao mesmo tempo a mobilidade que lhe

permitam adaptar-se às novas conquistas; pode tornar o homem culto, mas não lhe dá a exacta visão da cultura, projectada no além, na incógnita, no futuro. Cria-lhe hábitos de estagnação, de pessimismo, de descrença nas suas próprias possibilidades, e de crença nas possibilidades alheias. Veríamos saídos da Universidade, em vez de homens formados para a vida, uns tantos titulares de diplomas, senhores, possivelmente, de uma grande cultura geral ou mesmo especializada, mas absolutamente estéreis e improdutivos, pela sua mentalidade, em face dos grandes problemas nacionais.

E isto passa-se no domínio de todas as ciências quer sejam positivas ou especulativas, na física, na química, na biologia, no direito, na economia, na filosofia, na geografia ou na história.

Passemos ao segundo postulado: a Universidade, como centro de cultura, não pode dispensar o ensino dos conhecimentos já adquiridos.

Pode dizer-se que o problema da investigação científica só recentemente nasceu em alguns países, entre os quais se encontra Portugal. Sem dever afirmar-se, o que seria inexacto, que a investigação era de todo desconhecida até há algumas dezenas de anos, na verdade, ela só há pouco tomou foros de cidade entre nós, se ordenou, se disciplinou, se viu sob a protecção e impulso do Governo, como uma necessidade tão premente como a da velha pedagogia.

O entusiasmo da novidade trouxe consigo alguns exageros, sobretudo ao relacionarem-se as modernas tendências com o objectivo futuro da Universidade.

Talvez por dois caminhos distintos eu tenho presentido nas palavras de alguns dos nossos sábios mestres uma mesma conclusão: a de que a Universidade só realizará plenamente a sua função social quando se transformar num centro ou em vários centros de investigação científica, passando esta a ser a mais nobre das suas missões culturais.

Para uns, esta é a solução cómoda que deve ser tomada pelos países pobres em institutos de investigação. Deposita-se toda a esperança na acção das Universidades. Outros, mais ideologicamente, vêem que as necessidades da vida hodierna impõem, por si, essa transformação completa na índole e na orientação dos novos estabelecimentos de ensino.

Não posso deixar de considerar um erro o supor-se que é possível à Universidade moderna, por forma tão radical, transformar-se em centros de investigação, pondo-se de parte, como velharia, a função que durante séculos a caracterizou e a prestigiou. A Universidade tem de ensinar, transmitir conhecimentos, formar profissionais; e nem mesmo se concebe que a investigação científica viva como actividade puramente mecânica, sem que o investigador tenha do mundo, da vida, e da própria ciência que professa, conhecimentos exactos. O investigador tem de ser um homem culto, e a cultura adquire-se através do ensino e da aprendizagem. Antes de investigar importa, pois, aprender.

É preciso não caminhar atrás de exageros precipitados. Temos uma larga margem para transigências com as necessidades da época.

Ensinar, investigar, formar profissionais e criar investigadores, eis, pois, em síntese as tarefas culturais que cabem à Universidade futura.

Eu avalio, dentro desta orientação complexa e larga, as dificuldades com que é preciso lutar. Uma diz respeito ao professor.

É notória a diferença profunda entre as qualidades e até o modo de ser psíquico do mestre que ensina pela palavra e do investigador que tenta descobrir conhecimentos novos. De comum há quase só a inteligência e a cultura, porque, na verdade, são quase opostos os atributos exigidos para a docência e para a investigação. O professor, dominado pela síntese dos problemas, pelo fundamental, tende para a generalidade, inimiga da investigação científica; o investigador, pelo contrário, preso ao pormenor, concentrada a sua inteligência em minúcias da cultura, preocupado com o esclarecimento de pontos não desvendados, tem a tendência natural para transmitir as suas preocupações de espírito e os seus anseios aos discípulos, que quase sempre acabam por o não compreender, e muitas vezes, o que é pior, por detestar a própria ciência.

Um grande pensador moderno, educado na Alemanha, em período áureo da sua Universidade e em contacto com os maiores homens de ciência, pôde afirmar que não tinha encontrado nesse país um único grande professor.

Não exageremos, porém, esta primeira dificuldade. O que se impõe é o desdobramento, em maior ou menor escala, con-

forme o campo científico, do serviço docente, chamando-se à colaboração novos técnicos e novos auxiliares do ensino e da investigação.

Também é comum ouvirem-se queixas contra a falta de meios suficientes, nas Universidades, para uma eficaz investigação científica. Estou certo de que elas não poderão partir da Faculdade onde nos encontramos, e estou ciente de que em muitos serviços universitários há ainda instrumentos sem uso, livros por abrir, documentos por esclarecer. Passaram-me há pouco sob os olhos estas palavras proferidas por quem se dedica de alma e coração na Espanha aos problemas da investigação científica: «Há especialistas em assinalar o que lhes falta; são preferíveis, porém, na investigação os que sentem a responsabilidade do que possuem».

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Para que não me acusem de vir, na presença de Vossa Excelência, fora de tempo, e sem propósito, inaugurar com uma tese o Congresso da União Nacional, tenho de pôr fim às minhas modestas considerações sobre a futura Universidade.

Mas não quero terminar sem afirmar a Vossa Excelência, como informação que lhe é devida, que o corpo docente da Universidade portuguesa está, pela sua inteligência, pela sua cultura, pelo conhecimento exacto das necessidades do País, pelo seu ilimitado patriotismo e vontade de servir, à altura da missão que Vossa Excelência lhe quiser confiar.

ASSEMBLEIA GERAL
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

PESSOAL UNIVERSITÁRIO
EM 30 DE SETEMBRO DE 1952

MOVIMENTO DO PESSOAL UNIVERSITÁRIO
DE 1 DE OUTUBRO DE 1951
A 30 DE SETEMBRO DE 1952

SECRETARIE DE REDACÇÃO

- Dr. António de Almeida Gomes, director da publicação
- Dr. António de Castro
- Dr. Carlos de Castro
- Dr. Manuel de Castro
- Dr. João de Castro
- Dr. Duarte de Castro
- Dr. João de Castro
- Dr. Maria de Castro
- Dr. Manuel de Castro
- Dr. António de Castro
- Dr. João de Castro

EXECCUTIVO DE REDACÇÃO

- Dr. António de Castro
- Dr. João de Castro
- Dr. Manuel de Castro

- Dr. António de Castro
- Dr. João de Castro
- Dr. Manuel de Castro

ASSEMBLEIA GERAL DA UNIVERSIDADE

PRESIDENTE

REITOR — Dr. Maximino José de Moraes Correia, professor catedrático da Faculdade de Medicina.

VOGAIS

VICE-REITOR — Dr. José Carlos Martins Moreira, professor catedrático da Faculdade de Direito.

PROFESSORES CATEDRÁTICOS:

FACULDADE DE LETRAS

Dr. Aristides de Amorim Girão, *director da Faculdade*.
Dr. Joaquim de Carvalho.
Dr. Carlos Simões Ventura.
Dr. Ferrand Pimentel de Almeida.
Dr. João da Providência Sousa e Costa.
Dr. Damião António Peres.
Dr. Joseph Maria Piel (*contratado*).
Dr. Manuel Lopes de Almeida.
Dr. Manuel de Paiva Boléu.
Dr. Álvaro Júlio da Costa Pimpão.
Dr. Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa.

FACULDADE DE DIREITO

Dr. José Beleza dos Santos, *director da Faculdade*.
Dr. Domingos Fezas Vital (1).
Dr. António de Oliveira Salazar (2).

(1) Em comissão de serviço na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

(2) Presidente do Conselho de Ministros.

Dr. Luís Cabral de Oliveira Moncada.
 Dr. Mário de Figueiredo (1).
 Dr. Adriano Pais da Silva Vaz Serra.
 Dr. João Pinto da Costa Leite (2).
 Dr. Manuel Augusto Domingues de Andrade.
 Dr. Fernando Andrade Pires de Lima (3).
 Dr. José Joaquim Teixeira Ribeiro.
 Dr. António de Arruda Férrer Correia.
 Dr. Guilherme Braga da Cruz.
 Dr. Afonso Rodrigues Queiró.
 Dr. Eduardo Henriques da Silva Correia.

FACULDADE DE MEDICINA

Dr. Álvaro Fernando de Novais e Sousa, *director da Faculdade*.
 Dr. João Emilio Raposo de Magalhães (4).
 Dr. Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.
 Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.
 Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito.
 Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimarães.
 Dr. Egídio Costa Aires de Azevedo.
 Dr. João Maria Porto.
 Dr. Lúcio de Almeida.
 Dr. Augusto Pais da Silva Vaz Serra.
 Dr. António Meliço Silvestre.
 Dr. José Augusto Correia de Oliveira.
 Dr. Luís António Martins Raposo.
 Dr. Mário Simões Trincão.
 Dr. Armando Tavares de Sousa.

FACULDADE DE CIÊNCIAS

Dr. João Pereira da Silva Dias, *director da Faculdade*.
 Dr. Francisco Martins de Sousa Nazaré.
 Dr. Diogo Pacheco de Amorim.
 Dr. José Custódio de Morais.
 Dr. Manuel Marques Esparteiro.
 Dr. Manuel dos Reis.
 Dr. Rui Gustavo Couceiro da Costa.
 Dr. Abílio Fernandes.
 Dr. António Jorge Andrade de Gouveia.
 Dr. Luís Beda de Sousa Tavares Neto.

-
- (1) Presidente da Junta Nacional da Educação.
 (2) Ministro da Presidência.
 (3) Ministro da Educação Nacional.
 (4) Em comissão de serviço no Instituto Português de Oncologia.

Dr. João Rodrigues de Almeida Santos.
Dr. João Manuel Coteló Neiva.
Dr. José Antunes Serra.
Dr. Alberto Xavier da Cunha Marques.

PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS:

ESCOLA DE FARMÁCIA

L.^{do} Guilherme de Barros e Cunha, *director da Escola*.
Dr. José Ramos Bandeira.
Dr. Aloísio José de Carvalho Fernandes Costa.

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS:

FACULDADE DE LETRAS

Dr. Paulo Manuel Pires Quintela.

FACULDADE DE DIREITO (1)

FACULDADE DE MEDICINA

Dr. Luís Augusto de Moraes Zamith.

FACULDADE DE CIÊNCIAS

Dr. Fernando Pinto Coelho.

REPRESENTANTES DOS ASSISTENTES:

FACULDADE DE LETRAS

L.^{do} Eduardo Lourenço de Faria.

(1) Não está provido nenhum lugar de professor extraordinário.

FACULDADE DE DIREITO

Dr. João de Matos Antunes Varela.

FACULDADE DE MEDICINA

Dr. Albertino da Costa Barros.

FACULDADE DE CIÊNCIAS (1)

ESCOLA DE FARMÁCIA

L.^{do} António de Pinho Brojo.

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES (2):

FACULDADE DE LETRAS

FACULDADE DE DIREITO

FACULDADE DE MEDICINA

FACULDADE DE CIÊNCIAS

ESCOLA DE FARMÁCIA

SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DA UNIVERSIDADE — L.^{do} António Pimentel de Sousa.

(1) O representante era o Dr. Gumersindo Sarmento da Costa Lobo, falecido em 14-3-1952.

(2) Suspensa a representação dos estudantes por Ordem de Serviço de S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional de 6 de Novembro de 1936.

SENADO UNIVERSITÁRIO

PRESIDENTE

REITOR — Dr. Maximino José de Moraes Correia, professor catedrático da Faculdade de Medicina.

VOGAIS

VICE-REITOR — Dr. José Carlos Martins Moreira, professor catedrático da Faculdade de Direito.

DIRECTOR DA FACULDADE DE LETRAS — Dr. Aristides de Amorim Girão.

DIRECTOR DA FACULDADE DE DIREITO — Dr. José Beleza dos Santos.

DIRECTOR DA FACULDADE DE MEDICINA — Dr. Álvaro Fernando de Novais e Sousa.

DIRECTOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS — Dr. João Pereira da Silva Dias.

DIRECTOR DA ESCOLA DE FARMÁCIA — L.^{do} Guilherme de Barros e Cunha.

DELEGADO DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS DA FACULDADE DE LETRAS — Dr. João da Providência Sousa e Costa.

DELEGADO DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS DA FACULDADE DE DIREITO — Dr. Manuel Augusto Domingues de Andrade.

DELEGADO DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS DA FACULDADE DE MEDICINA — Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito.

DELEGADO DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS — Dr. Manuel dos Reis.

DELEGADO DOS PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS DA ESCOLA DE FARMÁCIA — Dr. José Ramos Bandeira.

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS — Dr. Fernando Pinto Coelho, professor extraordinário da Faculdade de Ciências.

REPRESENTANTE DOS ASSISTENTES DA UNIVERSIDADE — Dr. António Manso da Cunha Vaz, 1.^o assistente da Faculdade de Medicina.

REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES — (1).

SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DA UNIVERSIDADE — L.^{do} António Pimentel de Sousa.

(1) Vide nota (2) da pág. 68.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA

THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA

SENIOR UNIVERSITY

THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA

PRESIDENT

THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA

THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA

SENIOR UNIVERSITY

THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA

SENIOR UNIVERSITY

THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA

THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA

REITORIA, SECRETARIA, TESOURARIA E GERAIS

REITORIA

REITOR

Dr. Maximino José de Moraes Correia, professor catedrático da Faculdade de Medicina.

VICE-REITOR

Dr. José Carlos Martins Moreira, professor catedrático da Faculdade de Direito.

CONTÍNUO DE 1.ª CLASSE

Mário Rodrigues.

SECRETARIA

SECRETÁRIO

L.º António Pimentel de Sousa.

1.º OFICIAL — CHEFE DO EXPEDIENTE GERAL

Vago (1).

1.º OFICIAL — CHEFE DA CONTABILIDADE

Carlos Ribeiro Raposo.

1.ª E 2.ª SECÇÕES — SERVIÇO DE EXPEDIENTE GERAL E SERVIÇO DE CONTABILIDADE

2.ºS OFICIAIS

António dos Reis Antunes Vaz.

Virgílio Cordeiro e Melo.

L.º Mário Alberto dos Reis Faria (2).

(1) Desde 1-5-1952, data da aposentação de Alfredo Marques Manso.

(2) Destacado na Faculdade de Direito.

3.ºs OFICIAIS

Francisco José da Silva Carvalho Reis de Sousa Seco.
 Armando António Marques Donato.
 Álvaro Pratas do Vale.
 Diamantino Ramos.
 Vagos dois lugares (1).

ASPIRANTES

José Isabelino Martins Coelho.
 Álvaro Costa de Almeida Santos.
 Francisco Manuel da Silva Pinto Serra e Moura.
 João de Jesus Alentisca.
 Fernando Augusto Barata Gordo (2).
 Emídio Henriques da Silva (3).
 Armando da Costa Borges (4).
 Américo Sarmento (5).
 José da Cruz e Silva (6).
 Manuel Gonçalves (7).
 Joaquim Bento de Oliveira e Costa (8).
 Manuel Nobre (9).
 Vagos três lugares (10).

DACTILÓGRAFOS

Vagos dois lugares (11).

CONTÍNUO DE 1.ª CLASSE

Júlio Esteves Mascarenhas.

-
- (1) Criados pelo Decreto-Lei n.º 38.692, de 21-3-1952. Nunca providos.
- (2) Destacado na Faculdade de Medicina.
- (3) Destacado na Faculdade de Letras.
- (4) Destacado na Faculdade de Direito, como bedel.
- (5) Destacado na Faculdade de Ciências, como bedel.
- (6) Destacado na Faculdade de Letras, como bedel.
- (7) Destacado na Faculdade de Ciências, como bedel.
- (8) Destacado na Escola de Farmácia, como bedel.
- (9) Destacado na Faculdade de Medicina, como bedel.
- (10) Um desde 12-5-1952, data da rescisão do contrato de Diamantino Ramos. Os outros dois foram criados pelo Decreto-Lei n.º 38.692, de 21-3-1952, e nunca providos.
- (11) Criados pelo Decreto-Lei n.º 38.692, de 21-3-1952. Nunca providos.

CONTÍNUO DE 2.^A CLASSE

Álvaro Borges.

SERVENTE

José Francisco.

TESOURARIA

TESOUREIRO

Ívar Augusto Videira Pimentel Martins.

SERVENTE

Eduardo dos Santos Duarte.

GERAIS

GUARDA-MOR

António Joaquim de Seça Guedes.

ARCHEIROS

ARCHEIROS DE 1.^A CLASSE

José Maria da Costa Guardado.

Manuel Joaquim Marques.

António da Costa Domingues.

José Ferreira Caetano.

António Maria Correia Cardoso.

ARCHEIROS DE 2.^A CLASSE

Germano Correia de Oliveira.

Manuel Coutinho Vitorino.

António dos Reis

Augusto Neves Diogo.

António Rodrigues Simões.

António dos Santos Cardoso.

José Fiel de Almeida.
António Seco Gândara.
António Maria Pereira.

GUARDA

Joaquim Rodrigues.

GUARDA (MULHER)

Maria Emília da Encarnação.

BIBLIOTECA GERAL

DIRECTOR

Dr. Manuel Lopes de Almeida.

1.º BIBLIOTECÁRIO

L.º César Joaquim da Silva de Oliveira Pegado.

2.º BIBLIOTECÁRIO

L.º Abel Lopes Martins de Almeida e Sousa.

3.ºs BIBLIOTECÁRIOS

Gabriel da Cunha Santos.

Vago um lugar (1).

CATALOGADOR

José Adelino Colaço Mendes de Vasconcelos.

CONTÍNUO DE 1.ª CLASSE

José Maria dos Santos.

CONTÍNUOS DE 2.ª CLASSE

António Marques de Oliveira.

Augusto Gomes da Fonseca.

GUARDA DE 2.ª CLASSE

Vago (2).

SERVENTE

José Saraiva.

(1) Desde 10-10-1949, data da colocação da L.ª Maria Luísa Forjaz de Sampaio na situação de licença ilimitada.

(2) Desde 23-7-1949, data da aposentação de Pedro dos Santos.

Alameda de São Paulo
Avenida São Carlos
Cidade de São Paulo

BIBLIOTECA GERAL

Diretor
Assistente

Dr. Manoel Lopes de Almeida

1.ª Seção

1.ª Seção - Livros de Língua Portuguesa

2.ª Seção

2.ª Seção - Livros de Língua Estrangeira

3.ª Seção

3.ª Seção - Livros de Ciências

4.ª Seção

5.ª Seção

5.ª Seção - Livros de História e Geografia

6.ª Seção

6.ª Seção - Livros de Artes e Ofícios

7.ª Seção

7.ª Seção - Livros de Matemática

8.ª Seção

8.ª Seção - Livros de Física e Química

9.ª Seção

10.ª Seção

10.ª Seção - Livros de Música e Dança

(1) Livros 10-10-1949, data da colocação de 1.ª Seção Livros Portugueses
de Português no âmbito de língua estrangeira
(2) Livros 20-10-1949, data da colocação de 2.ª Seção Livros Estrangeiros

FACULDADE DE LETRAS

DIRECTOR

Dr. Aristides de Amorim Girão.

SECRETÁRIO

Dr. Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa.

BIBLIOTECÁRIO

Dr. Ferrand Pimentel de Almeida.

PESSOAL DOCENTE

1.ª SECÇÃO

CIÊNCIAS FILOLÓGICAS

1.º Grupo — Filologia Clássica

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Carlos Simões Ventura.

Vago um lugar (1).

PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Vagos dois lugares (2).

2.º Grupo — Filologia Românica

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Joseph Maria Piel (*contratado*) (3).

Dr. Manuel de Paiva Boléu.

Dr. Álvaro Júlio da Costa Pimpão.

(1) Desde 15-11-1951, data da exoneração do Dr. Francisco da Luz Rebelo Gonçalves.

(2) Um nunca foi provido. O outro ficou vago em 26-7-1923, pelo acesso do Dr. Carlos Simões Ventura ao lugar de professor ordinário.

(3) O último provimento efectivo deste lugar pertenceu ao Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, transferido em 13-6-1916 para o 4.º grupo.

PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Vagos dois lugares (1).

LEITOR

Jean Girodon (*contratado*).

3.º Grupo — Filologia Germânica

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Ferrand Pimentel de Almeida.
Dr. João da Providência Sousa e Costa.

PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Dr. Paulo Manuel Pires Quintela (*contratado*) (2).
Vago um lugar (3).

LEITORES

Walter Kenneth Witcomb (*contratado*).
Dr. Albin Eduard Andreas Beau (*contratado*).

2.ª SECÇÃO

CIÊNCIAS HISTÓRICAS,
GEOGRÁFICAS E FILOSÓFICAS

4.º Grupo — Ciências Históricas

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Damião António Peres.
Dr. Manuel Lopes de Almeida.

(1) Nunca tiveram provimento efectivo. Últimamente desempenharam, como contratados, as respectivas funções até 27-11-1949 os Drs. Manuel de Paiva Boléu e Álvaro Júlio da Costa Pimpão.

(2) O último provimento efectivo deste lugar pertenceu ao Dr. João da Providência Sousa e Costa, que em 3-9-1927 tomou posse do lugar de professor catedrático.

(3) O último provimento efectivo deste lugar pertenceu ao Dr. Ferrand Pimentel de Almeida, que em 6-8-1925 tomou posse do lugar de professor ordinário. Últimamente desempenhou, como contratado, as respectivas funções até 31-7-1951 o Dr. António Augusto Rodrigues.

PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Dr. Torquato Brochado de Sousa Soares (*contratado*) (1).

Vago um lugar (2).

5.º Grupo — Ciências Geográficas

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Aristides de Amorim Girão.

Vago um lugar (3).

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (4).

6.º Grupo — Ciências Filosóficas

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Joaquim de Carvalho.

Dr. Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa.

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (5).

3.ª SECÇÃO

CIÊNCIAS PEDAGÓGICAS

7.º Grupo — Ciências Pedagógicas

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Vago (6).

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Dr. Sílvio Vieira Mendes de Lima (*contratado*) (7).

(1) Este lugar nunca teve provimento efectivo.

(2) Nunca teve provimento efectivo. Últimamente desempenhou, como contratado, as respectivas funções até 16-3-1950 o Dr. Mário Mendes dos Remédios de Sousa Brandão.

(3) Nunca foi provido.

(4) Desde 9-8-1925, data da posse do Dr. Aristides de Amorim Girão no lugar de professor ordinário.

(5) Nunca teve provimento efectivo. Últimamente desempenhou, como contratado, estas funções até 27-11-1949 o Dr. Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa.

(6) Nunca foi provido.

(7) Nunca teve provimento efectivo.

4.^a SECÇÃO
CADEIRAS ANEXAS

Professor de Estética e História da Arte

Dr. Mário Mendes dos Remédios de Sousa Brandão.

Professor de História da Música (1)

Vago (2).

Professor de Língua Hebraica

Vago (2).

Professor de Estudos Brasileiros

Vago (2).

* * *

PROFESSOR CATEDRÁTICO DA FACULDADE DE MEDICINA
ENCARREGADO, DE HARMONIA COM O ART. 6.^o
DO DECRETO N.^o 18.793, DA REGÊNCIA
DA CADEIRA DE HIGIENE ESCOLAR

Dr. António Meliço Silvestre.

*

PESSOAL CONTRATADO ALÉM DO QUADRO

Dr. Émile Planchard, *professor para a regência de cadeiras de Filosofia.*

Dr. Vincenzo Cocco, *professor para a regência das cadeiras de Língua Hebraica.*

L.^{do} António Jorge Dias, *professor para a regência dos cursos de Etnologia e História da Geografia e das aulas práticas de Geografia Humana.*

(1) Decreto-Lei n.^o 27.277 de 24-11-1936:

«Art. 1.^o Enquanto não fôr provido definitivamente o cargo de professor da cadeira anexa de História da Música, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, poderá o reitor contratar, mediante parecer favorável do conselho escolar daquela Faculdade, indivíduo de reconhecida competência para dirigir o Orfeão Académico e a Tuna Académica da mesma Universidade».

Nos termos deste artigo foi contratado Manuel Raposo Marques para dirigir o Orfeão Académico e a Tuna Académica.

(2) Nunca foi provido.

Dr. Alfredo Fernandes Martins, *assistente para o 5.º grupo* (1).
 L.^{do} Eduardo Lourenço de Faria, *assistente para o 6.º grupo*.
 Dr. Américo da Costa Ramalho, *assistente para o 1.º grupo* (1).
 L.^{do} José Gonçalo Chorão de Carvalho, *assistente para o 2.º grupo*.
 L.^{da} Maria Helena Monteiro da Rocha Pereira, *assistente para o 1.º grupo*.
 L.^{do} Avelino de Jesus da Costa, *assistente para o 4.º grupo*.
 L.^{do} Salvador Manuel Dias dos Santos Arnaut, *assistente para o 4.º grupo*.

*

CURSO DE FÉRIAS

DIRECTOR — Dr. João da Providência Sousa e Costa.
 SECRETÁRIO — L.^{do} Armando Soeiro Moreira de Lacerda.

*

PROFESSOR CATEDRÁTICO NA SITUAÇÃO DE LICENÇA ILIMITADA

Dr. Manuel Gonçalves Cerejeira.

* * *

PESSOAL TÉCNICO, AUXILIAR E MENOR

DIRECTOR DO LABORATÓRIO DE FONÉTICA EXPERIMENTAL

L.^{do} Armando Soeiro Moreira de Lacerda.

2.º CONSERVADOR

Plínio de Abreu e Vasconcelos.

3.ºs CONSERVADORES

Francisco França Amado Júnior.
 L.^{da} Maria Armanda Borges Matias.

DESENHADOR DE 2.ª CLASSE

L.^{da} Fernanda de Oliveira Lopes Velho.

PREPARADOR

L.^{da} Aura Montenegro Ferrão.

(1) 1.º assistente.

CATALOGADORES

Maria Luísa de Melo Sampaio.
 Maria Joana Lobo de Portugal Sanches de Moraes Ribeiro Raposo.
 Maria Isabel Barbosa Leitão Martins Cortes.
 Pedro Manuel de Magalhães Mexia de Macedo Pimentel Bulhões.
 Vago um lugar (1).

BEDEL

José da Cruz e Silva (2).

CONTÍNUOS DE 1.ª CLASSE

Francisco Carlos de Paiva.
 António dos Santos Ferreira.
 Vago um lugar (3).

CONTÍNUOS DE 2.ª CLASSE

Reinaldo Varela de Carvalho.
 Manuel Ferreira Góis.
 José França.
 António Pereira.

GUARDA

Manuel Pereira dos Santos.

SERVENTES

Maria da Conceição Saraiva.
 Maria Alexandrina da Conceição.
 Manuel Ferreira Amado Mateus.
 José dos Santos Palrilha.
 Domingos Granada Pinheiro.
 Joaquim Ferreira.
 Maria de Lurdes Vieira.

-
- (1) Criado pelo Decreto-Lei n.º 38.434, de 18-9-1951. Nunca provido.
 (2) Aspirante da Secretaria da Universidade.
 (3) Desde 31-5-1952, data da aposentação de João de Melo.

ESTABELECIMENTOS
DA FACULDADE DE LETRAS

INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS
DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

(Instituto de investigação científica)

DIRECTOR

Dr. Damião António Peres.

SECRETÁRIO

Dr. Torquato Brochado de Sousa Soares.

INSTITUTO ALEMÃO

DIRECTOR

Dr. João da Providência Sousa e Costa.

SECRETÁRIO

Dr. Albin Eduard Andreas Beau.

INSTITUTO FRANCÊS

DIRECTOR

Dr. Álvaro Júlio da Costa Pimpão.

SECRETÁRIO

Jean Girodon.

INSTITUTO INGLÊS

DIRECTOR

Dr. Ferrand Pimentel de Almeida.

SECRETÁRIO

Walter Kenneth Witcomb.

SALA ITALIANA

DIRECTOR

Dr. Ferrand Pimentel de Almeida.

SALA ESPANHOLA

DIRECTOR

Dr. Manuel de Paiva Bolég.

INSTITUTO BRASILEIRO

DIRECTOR

Dr. Álvaro Júlio da Costa Pimpão.

INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

DIRECTOR

Dr. Carlos Simões Ventura.

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

DIRECTOR

Dr. Aristides de Amorim Girão.

INSTITUTO DE ESTUDOS FILOSÓFICOS

DIRECTOR

Dr. Joaquim de Carvalho.

LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL

DIRECTOR

Dr. Joaquim de Carvalho.

LABORATÓRIO DE FONÉTICA EXPERIMENTAL

DIRECTOR

L.^{do} Armando Soeiro Moreira de Lacerda.

ESTABELECIMENTO ANEXO À FACULDADE DE LETRAS

ARQUIVO E MUSEU DE ARTE

DIRECTOR

Dr. Mário Mendes dos Remédios de Sousa Brandão.

1.º CONSERVADOR

António Gomes da Rocha Madail.

2.º CONSERVADOR

L.^{da} Maria Lígia Patoilo Cruz.

3.ºs CONSERVADORES

L.^{do} António Cerqueira Ferraz Correia.

L.^{do} Raul da Silva Veiga.

CATALOGADOR

Mário António do Amaral Simões.

DACTILÓGRAFO

Guilherme Flório dos Santos Bernardino.

CONTÍNUO DE 1.ª CLASSE

António Augusto Martins.

CONTÍNUOS DE 2.ª CLASSE

América Rolin Correia

Alexandre Vítor.

Aires Moreira

SERVENTES

Joaquim Jorge da Silva.

Maria Manuela da Silva Paiva.

Arlindo dos Santos.

Carlos Duarte Silvério.

GUARDA

José Inácio.

ESTABELECIMIENTO ANEXO
A FACULDADE DE LETRAS

ORGANIZACAO DO INSTITUTO
ARQUIVO E MUSEU DE ARTE

DIRECTOR

Dr. Maria Mendes dos Santos de Sousa Mendes

CONSELHO DE SUPERVISAO

Antonio Gomes de Sousa Mendes

Dr. Conservador

Dr. Maria Lina de Sousa Mendes

CONSELHO DE SUPERVISAO

CONSERVADOR

Dr. Antonio Carlos de Sousa Mendes

Dr. Rui de Sousa Mendes

CONSERVADOR

Maria Antónia de Sousa Mendes

CONSERVADOR

Governador do Estado de Minas Gerais

CONSELHO DE SUPERVISAO

Antonio Augusto Mendes

CONSERVADOR DE LA BIBLIOTECA

Dr. Maria Lina de Sousa Mendes

Dr. Maria Lina de Sousa Mendes

Antonio Carlos de Sousa Mendes

CONSELHO DE SUPERVISAO

CONSERVADOR

Dr. Rui de Sousa Mendes

Maria Antónia de Sousa Mendes

Antonio Carlos de Sousa Mendes

Dr. Rui de Sousa Mendes

CONSERVADOR

Dr. Rui de Sousa Mendes

FACULDADE DE DIREITO

DIRECTOR

Dr. José Beleza dos Santos.

SECRETÁRIO

Dr. Guilherme Braga da Cruz.

BIBLIOTECÁRIO

Dr. José Joaquim Teixeira Ribeiro.

PESSOAL DOCENTE

1.º GRUPO

CIÊNCIAS HISTÓRICAS

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Luís Cabral de Oliveira Moncada.

Dr. Guilherme Braga da Cruz.

Vago um lugar (1).

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (2).

2.º GRUPO

CIÊNCIAS ECONÓMICAS

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. António de Oliveira Salazar (3).

(1) Desde 2-6-1948, data da posse do Dr. Adriano Pais da Silva Vaz Serra no lugar de professor catedrático do 4.º grupo.

(2) Desde 10-8-1948, data da posse do Dr. Guilherme Braga da Cruz no lugar de professor catedrático.

(3) Vid. nota (2) da pág. 65.

Dr. João Pinto da Costa Leite (1).
Dr. José Joaquim Teixeira Ribeiro.

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (2).

3.º GRUPO

CIÊNCIAS POLÍTICAS

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Domingos Fezas Vital (3).
Dr. José Carlos Martins Moreira.
Dr. Afonso Rodrigues Queiró.
Vago um lugar (4).

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (5).

4.º GRUPO

CIÊNCIAS JURÍDICAS

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. José Beleza dos Santos.
Dr. Mário de Figueiredo (6).
Dr. Adriano Pais da Silva Vaz Serra.
Dr. Manuel Augusto Domingues de Andrade.
Dr. Fernando Andrade Pires de Lima (7).
Dr. António de Arruda Férrer Correia.
Dr. Eduardo Henriques da Silva Correia.
Vagos dois lugares (8).

-
- (1) Vid. nota (2) da pág. 66.
(2) Nunca foi provido.
(3) Vid. nota (1) da pág. 65.
(4) Desde 9-12-1922, data da aposentação do Dr. António Lopes Guimarães Pedrosa.
(5) Desde 10-8-1948, data da posse do Dr. Afonso Rodrigues Queiró no lugar de professor catedrático.
(6) Vid. nota (1) da pág. 66.
(7) Vid. nota (3) da pág. 66.
(8) Um desde 20-12-1930, data do falecimento do Dr. António José Teixeira de Abreu. O outro desde 27-7-1948, data da aposentação do Dr. José Alberto dos Reis.

PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Vagos dois lugares (1).

* * *

 PESSOAL CONTRATADO ALÉM DO QUADRO

- Dr. João de Matos Antunes Varela, *assistente para o 4.º grupo* (2).
 L.^{do} José Júlio Pizarro Beleza, *assistente para o 2.º grupo*.
 L.^{do} José João Gonçalves de Proença, *assistente para o 4.º grupo*.
 L.^{do} Francisco Manuel Pereira Coelho, *assistente para o 4.º grupo*.
 L.^{do} Rogério Guilherme Ehrhardt Soares, *assistente para o 3.º grupo*.
 L.^{do} João Ruiz de Almeida Garrett, *assistente para o 2.º grupo*.
 L.^{do} Orlando Alves Pereira de Carvalho, *assistente para o 4.º grupo*.
 L.^{do} Mário Júlio Brito de Almeida Costa, *assistente para o 1.º grupo*.

* * *

 PROFESSORES CATEDRÁTICOS APOSENTADOS

- Dr. Álvaro da Costa Machado Vilela.
 Dr. José Alberto dos Reis.

* * *

 PESSOAL AUXILIAR E MENOR

BEDEL

Armando da Costa Borges (3).

CONTÍNUO DE 1.ª CLASSE

Álvaro Pereira de Medina.

(1) Desde 10-8-1948, data das posses dos Drs. António de Arruda Férrer Correia e Eduardo Henriques da Silva Correia nos lugares de professores catedráticos.

(2) 1.º Assistente.

(3) Aspirante da Secretaria da Universidade.

PROVINCIA DE...
Município de...

PROPOSTA DE CONTRATO ALIEN TO QUAERO

1. O objeto do presente contrato é a alienação de um imóvel situado no município de...
2. O imóvel a ser alienado é o descrito no rol anexo a esta proposta.
3. O preço de venda do imóvel é de R\$...
4. O pagamento será realizado em...
5. O prazo para a conclusão do contrato é de... dias.

PROPOSTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO

1. O objeto do presente contrato é a aquisição de um imóvel situado no município de...
2. O imóvel a ser adquirido é o descrito no rol anexo a esta proposta.
3. O preço de compra do imóvel é de R\$...
4. O pagamento será realizado em...
5. O prazo para a conclusão do contrato é de... dias.

PROPOSTA AUXILIAR B. M. R. O. R.

1. O objeto do presente contrato é a aquisição de um imóvel situado no município de...
2. O imóvel a ser adquirido é o descrito no rol anexo a esta proposta.
3. O preço de compra do imóvel é de R\$...
4. O pagamento será realizado em...
5. O prazo para a conclusão do contrato é de... dias.

6. O presente contrato é celebrado em...
7. O presente contrato é celebrado em...
8. O presente contrato é celebrado em...
9. O presente contrato é celebrado em...
10. O presente contrato é celebrado em...

ESTABELECIMENTO
DA FACULDADE DE DIREITO

INSTITUTO JURÍDICO

2.º CONSERVADOR

L.^{do} António Caetano da Luz Carvalho.

CATALOGADORES

Mário de Moura Vieira.
Mário da Silva e Sousa.

CONTÍNUO DE 1.ª CLASSE

Emílio Santiago.

CONTÍNUO DE 2.ª CLASSE

João Custódio dos Santos.

ESTABELECIMENTO
DA FACULDADE DE DIREITO

INSTITUTO JURIDICO

2.º Curso

Dr. Antonio Carlos de Faria Castello

CRIMINOLOGIA

Maria de Jesus Faria

Maria de Jesus Faria

Conteúdo de 1.ª classe

Dr. Castello

Conteúdo de 2.ª classe

Dr. Castello

Dr.

Dr.

Dr.

Dr.

Dr.

Dr. Castello

Dr. Castello

Dr. Castello

FACULDADE DE MEDICINA

DIRECTOR

Dr. Álvaro Fernando de Novais e Sousa.

SECRETÁRIO

Dr. Mário Simões Trincão.

BIBLIOTECÁRIO

Dr. Augusto Pais da Silva Vaz Serra.

PESSOAL DOCENTE

1.º GRUPO

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Anatomia Descritiva — Dr. Maximino José de Morais Correia.

Histologia e Embriologia — Dr. Armando Tavares de Sousa.

PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Vagos dois lugares (1).

ASSISTENTES

Anatomia Descritiva — Dr. Herménio Cardoso Inácio (2).

Histologia e Embriologia — L.^{do} Fernando José Machuca Leite Pereira de Seabra da Veiga Magalhães.

2.º GRUPO

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Fisiologia — Vago (3).

Farmacologia — Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimarães.

(1) Um desde 26-8-1927, data da posse do Dr. Maximino José de Morais Correia, no lugar de professor catedrático. O outro desde 27-6-1952, data da posse do Dr. Armando Tavares de Sousa no lugar de professor catedrático.

(2) 1.º Assistente.

(3) Desde 26-3-1945, data da aposentação do Dr. João Duarte de Oliveira.

PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Dr. João de Oliveira e Silva.
Vago um lugar (1).

ASSISTENTES

Fisiologia — L.^{do} Carlos Alberto Alvim Dias e Costa.
Farmacologia — Dr. João José Lobato Guimarães (2).

3.^o GRUPO

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Patologia Geral — Dr. Mário Simões Trincão.

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (1).

ASSISTENTES

Patologia Geral — Vago (3).
Anatomia Patológica — Vago (4).

4.^o GRUPO

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Medicina Legal — Dr. Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (5).

ASSISTENTE

Medicina Legal — Dr. Luís Augusto Duarte Santos (2).

-
- (1) Nunca foi provido.
 - (2) 1.^o assistente.
 - (3) Desde 17-4-1952, data do termo do contrato do L.^{do} Renato de Azevedo Correia Trincão.
 - (4) Desde 16-4-1952, data da rescisão do contrato do L.^{do} Miguel Marques da Fonseca Barata.
 - (5) Desde 21-4-1942, data do falecimento do Dr. Alberto Cupertino Pessoa.

5.º GRUPO

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Bacteriologia — Vago (1).

Higiene — Dr. António Meliço Silvestre.

PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Dr. Henrique de Oliveira.

Vago um lugar (2).

ASSISTENTES

Bacteriologia — Vago (3).

Higiene — L.^{do} Leovigildo dos Santos Albuquerque.

6.º GRUPO

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Propedêutica Médica — Dr. Egídio Costa Aires de Azevedo

Patologia Médica — Dr. Augusto Pais da Silva Vaz Serra.

Clínica Médica — Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito.

Terapêutica Médica — Dr. João Maria Porto.

Pediatria — Dr. Lúcio de Almeida.

PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Dr. Manuel Joaquim Bruno da Costa (*contratado*) (4).

Vago um lugar (4).

ASSISTENTES

Propedêutica Médica — Dr. José de Gouveia Monteiro (5).

Patologia Médica { L.^{do} Artur Barbosa Leitão.
L.^{do} Augusto Possanto Delgadinho.

Clínica Médica { L.^{do} Manuel Miranda Ramos Lopes.
Dr. José Monteiro Lopes do Espírito Santo (5)

Terapêutica Médica — Dr. Joaquim Antunes de Azevedo (5).

Pediatria — L.^{do} Justino Girão.

(1) Desde 13-11-1945, data do falecimento do Dr. Afonso Augusto Pinto Ponce de Leão.

(2) Desde 12-8-1931, data da posse do Dr. Afonso Augusto Pinto Ponce de Leão no lugar de professor catedrático.

(3) Desde 27-6-1952, data da posse do Dr. Henrique de Oliveira no lugar de professor extraordinário.

(4) Os últimos provimentos efectivos destes lugares pertenceram aos Drs. Lúcio de Almeida e Augusto Pais da Silva Vaz Serra, que em 17-6-1942 tomaram posse dos lugares de professores catedráticos.

(5) 1.º assistente.

7.º GRUPO

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Medicina Operatória — Dr. João Emílio Raposo de Magalhães (1).

Patologia Cirúrgica — Dr. Luís António Martins Raposo.

Clinica Cirúrgica — Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.

PROFESSORES EXTRAORDINÁRIOS

Dr. Luís Augusto de Moraes Zamith.

Dr. José Bacalhau.

Vago um lugar (2).

ASSISTENTES

Medicina Operatória — L.^{do} Luís Fernandes Dantas.

Patologia Cirúrgica { L.^{do} Anísio Ferreira de Andrade.
L.^{do} Luís José Moreira Martins Raposo.
Vago um lugar (3).

Clinica Cirúrgica { Dr. Manuel Montezuma Dinis de Carvalho (4).
L.^{do} Alberto José Tavares de Prado e Castro.

8.º GRUPO

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Obstetrícia — Dr. Álvaro Fernando de Novais e Sousa.

Ginecologia — Vago (5).

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (6).

ASSISTENTES

Obstetrícia { Dr. Albertino da Costa Barros (4).
Dr. Francisco Manuel Santos de Ibérico Nogueira (4).

Ginecologia — L.^{do} João Martinho Moreno Pinheiro.

(1) Vid. nota (4) da pág. 66.

(2) Nunca teve provimento efectivo. Últimamente desempenhou, como contratado, estas funções até 13-7-1950 o Dr. António Nunes da Costa.

(3) Desde 6-5-1949, termo do contrato do L.^{do} Alexandre da Silva.

(4) 1.º assistente.

(5) Desde 23-12-1950, data da aposentação do Dr. Álvaro de Almeida Matos.

(6) Desde 23-4-1945, data da posse do Dr. Luís António Martins Raposo no lugar de professor catedrático.

9.º GRUPO

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Psiquiatria — Dr. José Augusto Correia de Oliveira.
Neurologia — Vago (1).

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (2).

ASSISTENTE

Psiquiatria } Vago (3).
Neurologia }

* * *

PESSOAL CONTRATADO ALÉM DO QUADRO

Dr. Michel Mosinger, *professor para a regência da cadeira de Anatomia Patológica.*

Dr. António Manso da Cunha Vaz, *assistente para o 7.º grupo (4).*

L.º Armando Antémio Machado Simões de Carvalho, *assistente para o 1.º grupo.*

*

PROFESSORES CATEDRÁTICOS APOSENTADOS

Dr. Elísio de Azevedo e Moura.

Dr. Álvaro de Almeida Matos.

* * *

PESSOAL TÉCNICO, AUXILIAR
E MENOR

CHEFES DE SERVIÇOS

L.º Alberto Silvano de Moura e Sá (5).

L.º José Dias Serra Pratas (6).

(1) Desde 15-7-1948, data da posse do Dr. José Augusto Correia de Oliveira no lugar de professor catedrático de Psiquiatria.

(2) Desde 9-2-1945, data da posse do Dr. José Augusto Correia de Oliveira no lugar de professor catedrático.

(3) Desde 1-4-1952, data da rescisão do contrato do L.º António Henrique de Elias Nunes Vicente.

(4) 1.º assistente.

(5) Em serviço no Laboratório de Microbiologia.

(6) Idem no Laboratório de Química Biológica e Físico-Química.

2.º CONSERVADOR

Hermano Ribeiro Arrobas (1).

ANALISTAS

L.^{da} Maria Ernestina Freire Falcão Nunes Garcia (2).

José da Silva Lopes Júnior (2).

PREPARADOR-CONSERVADOR

Dr. (*) Elísio Gonçalves Rama (3).

PREPARADORES

L.^{do} Fausto Mendes Ferreira Pimentel (4).

Álvaro de Almeida Santos (5).

Benjamim Marques dos Santos (6).

Manuel José Pereira Roque (7).

AJUDANTE DE PREPARADOR

José Martins Chorão Vinhas (8).

CATALOGADOR

Guida Salomé Videira Martins (9).

BEDEL

Manuel Nobre (10).

FOTÓGRAFO

L.^{da} Maria Fernanda de Vasconcelos Tropa (11).

-
- (1) Em serviço na Biblioteca da Faculdade.
 - (2) Idem no Laboratório de Microbiologia.
 - (3) Em serviço no Laboratório de Anatomia.
 - (4) Idem no Laboratório de Medicina Operatória.
 - (5) Idem no Instituto de Patologia Geral.
 - (6) Idem no Laboratório de Microbiologia.
 - (7) Idem no Instituto de Fisiologia e Química Fisiológica.
 - (8) Idem no Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental.
 - (9) Idem no Instituto de Histologia e Embriologia.
 - (10) Aspirante da Secretaria da Universidade.
 - (11) Em serviço no Instituto de Histologia e Embriologia.
- (*) Título profissional.

CONTÍNUOS DE 1.ª CLASSE

- Albino Cardoso (1).
 Ismael Teixeira de Sá (2).
 Raul de Carvalho (3).
 Fernando da Cunha Rocha (4).
 António Francisco (5).
 Raul de Oliveira (6).

CONTÍNUOS DE 2.ª CLASSE

- Celestino Carvalheira (7).
 António Lopes Letra (5).
 Augusto Lopes (5).
 Manuel Girão Torres Plácido (8).
 José Rodrigues (9).

-
- (1) Em serviço no Instituto de Fisiologia e Química Fisiológica.
 (2) Idem no Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental.
 (3) Idem no Instituto de Higiene.
 (4) Idem na Biblioteca da Faculdade.
 (5) Idem no Laboratório de Anatomia.
 (6) Idem no Laboratório de Medicina Operatória.
 (7) Idem no Laboratório de Microbiologia.
 (8) Idem no Instituto de Histologia e Embriologia.
 (9) Idem no Instituto de Anatomia Patológica.

COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

- Albino Cardoso (1)
- Amel Feres de Sá (2)
- Raul de Carvalho (3)
- Fernando de Castro Rocha (4)
- Antonio Francisco (5)
- Raul de Castro (6)

COMISSÃO DE EXAME

- Colmano Cavalcanti (1)
- Antonio Lacerda (2)
- Augusto Lacerda (3)
- Manuel Gomes Torres (4)
- José Rodrigues (5)
- Alvaro de Almeida Santos (6)
- Bernardo Marques dos Santos (7)
- Manoel José Pereira (8)

José Manuel Chaves (9)

Guida Salomé Fialta (10)

Manoel Nunes (11)

L.ª Maria Fernanda de Sousa (12)

- (1) Em serviço no Instituto de Física
- (2) Laboratório de Física
- (3) Em serviço no Instituto de Física
- (4) Em serviço no Instituto de Física
- (5) Em serviço no Instituto de Física
- (6) Em serviço no Instituto de Física
- (7) Em serviço no Instituto de Física
- (8) Em serviço no Instituto de Física
- (9) Em serviço no Instituto de Física
- (10) Em serviço no Instituto de Física
- (11) Em serviço no Instituto de Física
- (12) Em serviço no Instituto de Física

ESTABELECIMENTOS DA FACULDADE DE MEDICINA

LABORATÓRIO DE ANATOMIA

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Anatomia Descritiva, Dr. Maximino José de Moraes Correia.

INSTITUTO DE HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA

(Instituto de investigação científica)

DIRECTOR

Dr. Armando Tavares de Sousa (1).

INSTITUTO DE FISIOLOGIA E QUÍMICA FISIOLÓGICA

DIRECTOR

Dr. Lúcio de Almeida.

LABORATÓRIO DE MEDICINA OPERATÓRIA

DIRECTOR

O professor catedrático encarregado da regência da cadeira de Medicina Operatória, Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa (2).

LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA

DIRECTOR

O professor catedrático encarregado da regência da cadeira de Bacteriologia, Dr. António Meliço Silvestre.

(1) Art. 141.º, § único, do Regulamento da Faculdade.

(2) Cf. nota (4) da pág. 66 quanto ao impedimento do professor catedrático da cadeira de Medicina Operatória.

INSTITUTO DE FARMACOLOGIA
E TERAPÊUTICA EXPERIMENTAL

(Instituto de investigação científica)

DIRECTOR

Dr. Feliciano Augusto da Cunha Guimarães (1).

INSTITUTO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

(Instituto de investigação científica)

DIRECTOR

Dr. Augusto Pais da Silva Vaz Serra (1).

PREPARADORES

L.^{da} Micaela Marques Proença.

L.^{do} José de Oliveira Firmo.

AJUDANTE DE PREPARADOR (2)

Lucinda Soares de Oliveira.

DACTILÓGRAFO (2)

Maria Manuela Tavares Rocha.

INSTITUTO DE PATOLOGIA GERAL

(Instituto de investigação científica)

DIRECTOR

Dr. Mário Simões Trincão (1).

LABORATÓRIO DE RADIOLOGIA

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Propedêutica Médica, Dr. Egídio Costa Aires de Azevedo.

(1) Art. 141.º, § único, do Regulamento da Faculdade.

(2) Provimento nos termos do Decreto-Lei n.º 32.687, de 20 de Fevereiro de 1943.

CHEFE DE SERVIÇOS

Dr. (*) António Fernandes Ramalho.

PREPARADOR

+ L.^{do} Manuel Vieira de Carvalho.

MONTADOR DE MÁQUINAS

Américo Fernandes.

LABORATÓRIO DE ELECTROLOGIA

DIRECTOR

O professor catedrático encarregado da regência da cadeira de Neurologia,
Dr. José Augusto Correia de Oliveira.

CHEFE DE SERVIÇOS

L.^{do} Alberto de Mesquita.CONTÍNUO DE 1.^a CLASSE

Delfina Dias.

LABORATÓRIO DE QUÍMICA BIOLÓGICA
E FÍSICO-QUÍMICA

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Patologia Médica, Dr. Augusto
Pais da Silva Vaz Serra.

ANALISTA

Basílio Alves Pereira de Mesquita.

PREPARADOR

L.^{do} Adolfo César de Mesquita.

INSTITUTO DE HIGIENE

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Higiene, Dr. António Meliço
Silvestre.

(*) Título profissional.

CHEFE DE SERVIÇOS

L.^{do} José Pais Ribeiro.

PREPARADOR

Armando Mendes Ferreira.

SERVENTUÁRIO DE 1.^A CLASSE

Virgílio Pires da Silva.

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DIRECTOR

Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito (1).

CHEFE DE SERVIÇOS

L.^{do} Mário da Silva Mendes.

ANALISTAS

L.^{do} António José de Moura Bastos Júnior.

Vago (2).

PREPARADORES

João Martins da Fonseca Viegas.

Vago um lugar (3).

CONTÍNUO DE 1.^A CLASSE

António de Carvalho.

LABORATÓRIO DE CLÍNICA CIRÚRGICA

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Clínica Cirúrgica, Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.

-
- (1) Decreto n.º 24.570, de 18 de Outubro de 1934.
(2) Desde 2-4-1952, data do falecimento do L.^{do} Mário dos Santos Carvalho.
(3) Desde 3-2-1949, data do falecimento de José de Moura Vieira.

ANALISTA

L.^{do} José Nunes da Costa.

PREPARADOR

Vago (1).

CONTÍNUO DE 1.^a CLASSE

Mário Fernandes Dias.

INSTITUTO DO RÁDIO (SECÇÃO MÉDICA)

DIRECTOR (2)

INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Medicina Legal, Dr. Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.

LABORATÓRIO DE ORTOPEDIA

DIRECTOR

Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.

CHEFE DE SERVIÇOS

L.^{do} João Perestrelo de Alarcão e Silva.

HOSPITAIS DA UNIVERSIDADE (3)

DIRECTOR

Dr. João Maria Porto, *professor catedrático da Faculdade de Medicina,*

(1) Desde 9-5-1949, data da posse de José da Silva Lopes Júnior no lugar de analista da Faculdade.

(2) Não está provido o cargo.

(3) Regulamento da Faculdade, art. 143.^o.

CLÍNICAS DA FACULDADE

CLÍNICA DE PROPEDÊUTICA MÉDICA

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Propedêutica Médica, Dr. Egídio Costa Aires de Azevedo.

CLÍNICA DE PATOLOGIA MÉDICA

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Patologia Médica, Dr. Augusto Pais da Silva Vaz Serra.

CLÍNICA MÉDICA

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Clínica Médica, Dr. Alberto Moreira da Rocha Brito.

CLÍNICA DE TERAPÊUTICA MÉDICA

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Terapêutica Médica, Dr. João Maria Porto.

CLÍNICA DE DOENÇAS INFECCIOSAS

DIRECTOR

O professor extraordinário encarregado da regência da cadeira de Clínica de Doenças Infecciosas, Dr. Manuel Joaquim Bruno da Costa.

CLÍNICA DE DOENÇAS DE CRIANÇAS

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Pediatria, Dr. Lúcio de Almeida.

CLÍNICA DE DERMATOLOGIA E SIFILIGRAFIA

DIRECTOR

O professor catedrático encarregado da regência da cadeira de Dermatologia e Sifiligrafia, Dr. Mário Simões Trincão.

CLÍNICA DE PROPEDÊUTICA CIRÚRGICA

DIRECTOR

O professor extraordinário encarregado da regência da cadeira de Propedêutica Cirúrgica, Dr. José Bacalhau.

CLÍNICA DE TÉCNICA CIRÚRGICA

DIRECTOR

O professor catedrático encarregado da regência da cadeira de Medicina Operatória e Técnica Cirúrgica, Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.

CLÍNICA DE PATOLOGIA CIRÚRGICA

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Patologia Cirúrgica, Dr. Luís António Martins Raposo.

CLÍNICA CIRÚRGICA

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Clínica Cirúrgica, Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa.

CLÍNICA OFTALMOLÓGICA

DIRECTOR

O 1.º assistente encarregado da regência do curso de Oftalmologia, Dr. António Manso da Cunha Vaz.

CLÍNICA UROLÓGICA

DIRECTOR

O professor extraordinário encarregado da regência do curso de Urologia, Dr. Luís Augusto de Moraes Zamith.

CLÍNICA DR. DANIEL DE MATOS

(CLÍNICA OBSTÉTRICA)

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Obstetrícia, Dr. Álvaro Fernando de Novais e Sousa.

MAQUINISTA

Filipe dos Santos Pinto.

CONTÍNUO DE 1.^A CLASSE

Geremim Martins.

CLÍNICA GINECOLÓGICA

DIRECTOR

O professor catedrático encarregado da regência da cadeira de Ginecologia,
Dr. Álvaro Fernando de Novais e Sousa.

CLÍNICA PSIQUIÁTRICA

DIRECTOR

O professor catedrático da cadeira de Psiquiatria, Dr. José Augusto Correia
de Oliveira.

CLÍNICA NEUROLÓGICA

DIRECTOR

O professor catedrático encarregado da regência da cadeira de Neurologia,
Dr. José Augusto Correia de Oliveira.

SERVIÇOS DE ESTOMATOLOGIA

DIRECTOR

Dr. Luís António Martins Raposo.

CHEFE DE SERVIÇOS

L.^{do} David Martins Baptista.

FACULDADE DE CIÊNCIAS

DIRECTOR

Dr. João Pereira da Silva Dias.

SECRETÁRIO

Dr. João Manuel Coteló Neiva.

BIBLIOTECÁRIO

Vago (1).

PESSOAL DOCENTE

1.ª SECÇÃO

CIÊNCIAS MATEMÁTICAS

1.º Grupo — Análise e Geometria

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. João Pereira da Silva Dias.
Dr. Manuel Marques Esparteiro.
Dr. Luís Beda de Sousa Tavares Neto.

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (2).

ASSISTENTES

L.do José Joaquim Dionísio.
L.do João José Lopes Farinha.

(1) Desde 17-3-1942, termo do biénio de exercício do Dr. Manuel Marques Esparteiro.

(2) Desde 16-7-1948, data da posse do Dr. Luís Beda de Sousa Tavares Neto no lugar de professor catedrático.

2.º Grupo — Mecânica e Astronomia

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Diogo Pacheco de Amorim.
 Dr. Manuel dos Reis.
 Vago um lugar (1).

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (2).

ASSISTENTES

L.º Alberto Vaz Cunha Simões da Silva.
 L.º Francisco Alves Ferreira.

2.ª SECÇÃO

CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS

1.º Grupo — Física

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Francisco Martins de Sousa Nazaré.
 Dr. João Rodrigues de Almeida Santos.

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (3).

ASSISTENTES

L.º Luís Paulo Manuel de Meneses de Melo Vaz de Sampaio.
 L.ª Maria Amália de Freitas Tavares.
 L.ª Maria Alice Furtado Alves.

2.º Grupo — Química

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Rui Gustavo Couceiro da Costa.
 Dr. António Jorge Andrade de Gouveia.

(1) Desde 25-11-1938, data da aposentação do Dr. Francisco Miranda da Costa Lobo.

(2) Desde 12-6-1929, data da exoneração do B.º José Antunes Vaz Serra.

(3) Desde 1-9-1948, data da posse do Dr. João Rodrigues de Almeida Santos no lugar de professor catedrático.

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Dr. Fernando Pinto Coelho.

ASSISTENTES

B.^{el} Américo Viana de Lemos (1).L.^{do} Renato Freire de Figueiredo.

Vago um lugar (2).

3.^a SECÇÃO

CIÊNCIAS HISTÓRICO-NATURAIS

1.^o Grupo — Mineralogia e Geologia

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. José Custódio de Morais.

Dr. João Manuel Coteló Neiva.

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (3).

ASSISTENTES

Dr. Gaspar Soares de Carvalho (4).

L.^{do} Miguel Montenegro de Andrade.2.^o Grupo — Botânica

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. Abílio Fernandes.

Vago um lugar (5).

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (6).

-
- (1) Provimento definitivo.
 - (2) Desde 9-4-1951, termo do contrato do L.^{do} Alfredo da Purificação Gouveia.
 - (3) Desde 22-3-1948, data do falecimento do B.^{el} Miguel Marcelino Ferreira de Moura.
 - (4) 1.^o assistente.
 - (5) Desde 14-6-1937, data do falecimento do Dr. Luís Wittnich Carrisso.
 - (6) Desde 25-6-1942, data da posse do Dr. Abílio Fernandes no lugar de professor catedrático.

ASSISTENTES

Dr. José de Barros Neves (1).
L.^{do} João Maria Montezuma Dinis de Carvalho.

3.^o Grupo — Zoologia e Antropologia

PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Dr. José Antunes Serra.
Dr. Alberto Xavier da Cunha Marques.

PROFESSOR EXTRAORDINÁRIO

Vago (2).

ASSISTENTES

L.^{da} Maria Deolinda Linhares Marini de Araújo Abreu.
L.^{da} Rolanda Maria Albuquerque de Matos.
Vago um lugar (3).

*
*
*

CADEIRAS E CURSOS ANEXOS

CADEIRAS E CURSOS DE DESENHO

PROFESSORES

L.^{do} Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque.
L.^{do} Rodrigo Faro de Albuquerque Fonseca.

CURSO DE GEOGRAFIA MATEMÁTICA (4)

*
*
*

PESSOAL CONTRATADO ALÉM DO QUADRO

Dr. Ernst Matthes, *professor para a regência de cadeiras de Zoologia.*
L.^{do} Francisco Martinez Garcia, *assistente para o 2.^o grupo, 2.^a secção.*
L.^{da} Magda Mercedes Moscoso Botelho, *assistente para o 2.^o grupo, 3.^a secção.*

(1) 1.^o assistente.

(2) Desde 27-7-1950, data da posse do Dr. José Antunes Serra no lugar de professor catedrático.

(3) Desde 4-3-1952 data da posse do Dr. Alberto Xavier da Cunha Marques no lugar de professor catedrático.

(4) Regido pelo Dr. Luís Beda de Sousa Tavares Neto.

- L.^{do} Manuel Alves da Silva, *assistente para o 2.^o grupo, 2.^a secção.*
 L.^{da} Maria Esmeralda Leite Rainho, *assistente para o 1.^o grupo, 2.^a secção.*
 L.^{do} José Simões Redinha, *assistente para o 2.^o grupo, 2.^a secção.*
 L.^{do} José Veiga Simão, *assistente para o 1.^o grupo, 2.^a secção.*
 L.^{do} Manuel Gregório Nunes Mascarenhas Neto, *assistente para o 1.^o grupo, 3.^a secção.*
 L.^{do} Alfredo da Purificação Gouveia, *analista.*

*

PROFESSORES CATEDRÁTICOS APOSENTADOS

- Dr. Aurélio Pereira da Silva Quintanilha.
 Dr. Mário Augusto da Silva.
 Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.
 Dr. Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação.

* * *

PESSOAL TÉCNICO, AUXILIAR E MENOR

DESENHADOR DE 2.^A CLASSE

José dos Santos Figueira.

BEDEL DA 1.^A SECÇÃO

Manuel Gonçalves (1).

BEDEL DAS 2.^A E 3.^A SECÇÕES

Américo Sarmento (1).

CONTÍNUO DE 1.^A CLASSE

Manuel António.

CONTÍNUO DE 2.^A CLASSE

José Gaspar das Neves Pinto.

(1) Aspirante da Secretaria da Universidade.

I.º Sr. Manuel de Jesus, natural de Vila Rica, Bahia, com idade de 27 annos, 27 annos.
 I.º Sr. Antonio de Jesus, natural de Vila Rica, Bahia, com idade de 27 annos, 27 annos.
 I.º Sr. Antonio de Jesus, natural de Vila Rica, Bahia, com idade de 27 annos, 27 annos.
 I.º Sr. Antonio de Jesus, natural de Vila Rica, Bahia, com idade de 27 annos, 27 annos.
 I.º Sr. Antonio de Jesus, natural de Vila Rica, Bahia, com idade de 27 annos, 27 annos.

Dr. Antonio de Jesus
 Dr. Antonio de Jesus

PROFESSORES CATHOLICOS APRESENTADOS

Dr. Antonio de Jesus de Vila Rica, Bahia
 Dr. Antonio de Jesus de Vila Rica, Bahia
 Dr. Antonio de Jesus de Vila Rica, Bahia
 Dr. Antonio de Jesus de Vila Rica, Bahia

PESSOAL TECNICO AUXILIAR E MENOR

Sr. Antonio de Jesus
 Sr. Antonio de Jesus
 Sr. Antonio de Jesus
 Sr. Antonio de Jesus

PROFESSORES ALIENOS APRESENTADOS

Sr. Antonio de Jesus
 Sr. Antonio de Jesus
 Sr. Antonio de Jesus
 Sr. Antonio de Jesus

Sr. Antonio de Jesus
 Sr. Antonio de Jesus
 Sr. Antonio de Jesus
 Sr. Antonio de Jesus